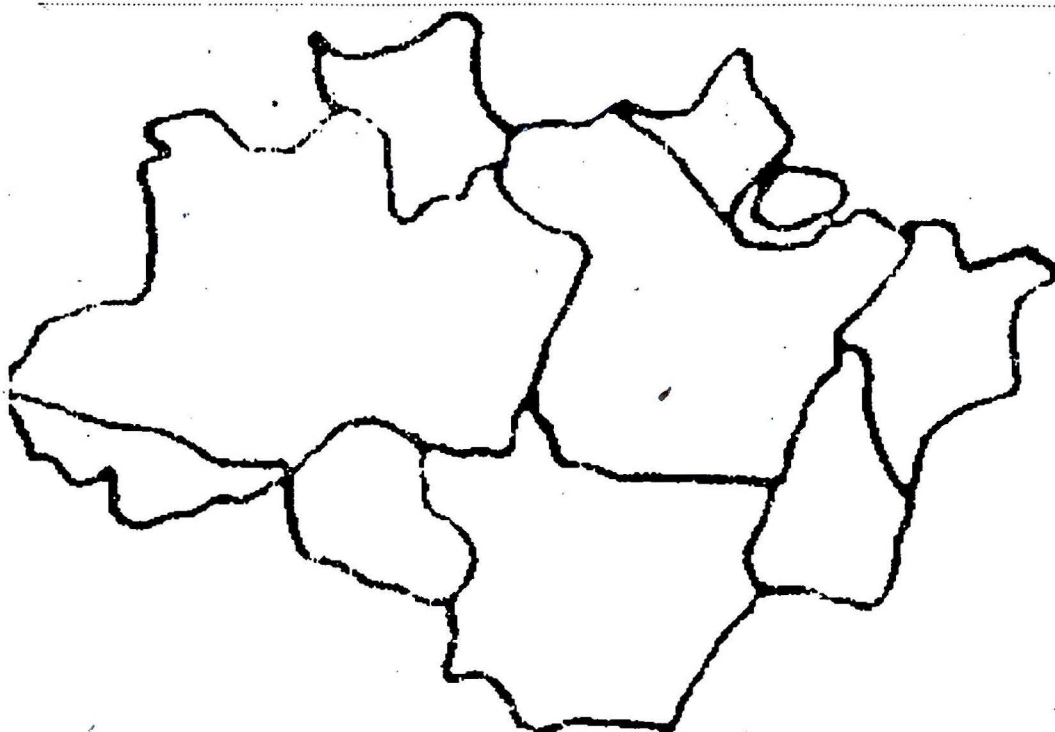


Câmara dos Deputados

**Comissão da Amazônia e de
Desenvolvimento Regional**

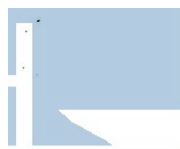
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA



Relatório Final

1997

Presidente: JOSÉ PRIANTE (PMDB/PSD/PSL) - PA
1º Vice-Presidente: PINHEIRO LANDIM.
(PMDB/PSD/PSL) - CE
2º Vice-Presidente: CARLOS AIRTON (PPB) - AC
3º Vice-Presidente: ELTON ROHNELT (PFL) - RR



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	pag. 1
COMPOSIÇÃO	pag. 3
INSTALAÇÃO.....	pag. 5
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	pag. 7
ESTATÍSTICA.....	pag. 21
CONTROLE DE TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES	pag. 25
PROJETOS APROVADOS.....	pag. 32
PROJETO REJEITADO.....	pag. 34
PROJETOS PENDENTES	pag. 35
REQUERIMENTOS.....	pag. 39
ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS.....	pag. 43



UM NOVO FÓRUM DE DISCUSSÕES

A Amazônia, todos sabemos, é uma das mais ricas regiões do planeta. Rica em recursos naturais, em potencialidades, em perspectivas. Um subsolo riquíssimo e uma biodiversidade impressionante fazem dela um celeiro de riquezas sem paralelo no planeta. Malgrado esse quadro, a realidade nos mostra que a Amazônia é a filha enjeitada do governo brasileiro - o atual e os antecessores.

Em comparação com outras regiões brasileiras, a Amazônia está sempre em desvantagem. Vamos aos exemplos: é a que recebe o menor quinhão no Orçamento Geral da União; é a que menos recursos possui para a implantação de cursos de pós-graduação; é a que recebe a menor fatia nos projetos aprovados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente; além de ser a mais prejudicada com a desoneração das exportações de produtos primários e semi-elaborados.

O descaso com o Norte do País atingiu tal nível que as linhas de financiamento para a região constituem verdadeiros acintes. Não bastasse o desempenho do Finam e o Fundo Constitucional Norte (FNO), o Programa Amazônia Integrada (PAI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), liberou menos de 10% do US\$ 1 bilhão previstos para serem aplicados em investimentos na Amazônia nos últimos três anos.

Esse quadro de descaso e tratamento diferenciado contrasta frontalmente com a inequívoca vocação para o desenvolvimento que caracteriza a Região Amazônica.

O que o governo federal ainda não percebeu é que a Amazônia é a mais forte alternativa para o Brasil. Somos, potencialmente, a riqueza que poderá impulsionar o País rumo ao tão sonhado desenvolvimento.

Por isso, creio firmemente que a criação de uma Comissão Técnica da Amazônia e de Desenvolvimento Regional na Câmara dos Deputados é fruto do atual momento de maturidade política e constitui um fato a ser comemorado não só pelos amazonidas, mas por todos os brasileiros.

Finalmente, o Congresso Nacional - particularmente a Câmara dos Deputados - parece estar compreendendo a necessidade de se dar um tratamento diferente para a Amazônia. Hoje, essa diferença é para pior. Nosso dever - dos parlamentares e da sociedade civil organizada - é reverter essa paisagem negativa, pressionando por um tratamento diferenciado para melhor.

Nesse aspecto, a Comissão da Amazônia pode ser um fórum de debates por excelência. Um locus onde convergiriam os debates e as ações que dizem respeito à região. Melhor ainda: em sua amplitude de Comissão Técnica do Legislativo Federal, ela pode ser responsável por uma ação pedagógica, de convencimento do governo central sobre as necessidades e reivindicações de nossa região.

Neste primeiro ano de existência da Comissão da Amazônia, muitas conquistas devem ser enumeradas. A primeira delas, sem dúvida, foi a audiência pública em que o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, anunciou uma significativa mudança nas relações que envolvem a política de incentivos para a região. Além da informação de que o Banco iria inaugurar um



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

novo escritório da Amazônia (o que ocorreu em novembro, quando foi aberto o escritório de Belém), Mendonça de Barros também tranqüilizou a bancada parlamentar da região ao anunciar a prorrogação do Programa Amazônia Integrada (PAI) por mais três anos, com volume dobrado de recursos.

A atuação da Subcomissão que investigou a Biopirataria também foi uma significativa vitória da Comissão da Amazônia. A rigorosa análise das condições em que se processa a evasão ilegal de produtos da fauna e da flora brasileiras, bem como as sugestões apresentadas pela relatora, deputada Socorro Gomes (PC do B-PA) foi uma das mais relevantes contribuições da Câmara dos Deputados para a compreensão de uma das mais nebulosas questões ambientais do País.

A série de audiências públicas que tiveram por objetivo traçar uma completa radiografia da região constituíram uma estratégia importante da Comissão para que se chegasse pela primeira vez a uma completa coleta de informações sobre a Amazônia. Temas como saúde, meio ambiente, educação e reforma agrária foram tratados com profundidade nessas audiências, coordenadas por parlamentares amazônidas e com a participação de técnicos e autoridades da região.

Também há de se destacar as audiências públicas que discutiram a presença das madeiras transnacionais na Amazônia. Em conjunto com a Comissão Externa que investigava as madeiras estrangeiras no Brasil, a Comissão da Amazônia promoveu uma série de reuniões públicas nos Estados onde se denunciava a mais forte presença dessas empresas. Em seguida à coleta de depoimentos de madeireiros, técnicos do governo e representantes de organizações não-governamentais ambientalistas, foi apresentado um relatório onde se traçava um completo perfil da presença estrangeira no segmento de extração de madeira na Amazônia e um elenco de sugestões para que não se repetissem no Brasil os danos ambientais que essas empresas causaram em outros países.

Diante desses fatos, só nos resta comemorar o primeiro ano de existência da Comissão da Amazônia. Tenho certeza de que a criação da Comissão é o primeiro passo para democratizar o desenvolvimento do País e otimizar potencialidades amazônicas. Agora, estamos aptos a avançar para reduzir as desigualdades regionais!

Deputado José Priante



COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Priante (PMDB) - PA

1º Vice-Presidente: Pinheiro Landim (PMDB/PSD/PSL) - CE

2º Vice-Presidente: Carlos Ayrton (PPB) - AC

3º Vice-Presidente: Elton Rohnelt (PFL) - RR

PFL

TITULARES

CÉLIA MENDES (PPB)	AC
ELTON ROHNELT	RR
MURILO PINHEIRO	AP
OSMIR LIMA	AC
ZILA BEZERRA	AC

SUPLENTE

ÁTILA LINS	AM
CLÁUDIO CHAVES	AM
EULER RIBEIRO	AM
RAIMUNDO SANTOS	PA
01 VAGA	

PMDB/PSD/PSL

TITULARES

ELCIONE BARBALHO	PA
JOSÉ PRIANTE	PA
MOISÉS LIPNIK (PL)	RR
PINHEIRO LANDIM	CE
01 (VAGA)	

SUPLENTE

ASDRÚBAL BENTES	PA
CONFÚCIO MOURA	RO
EMÍLIO ASSMAR	AC
MÁRIO MARTINS	PA
1 (VAGA)	

PSDB

TITULARES

ALZIRA ÉWERTON	AM
HILÁRIO COIMBRA	PA
LUIZ FERNANDO (PPB)	AM
MOISÉS BENNESBY	RO
SALOMÃO CRUZ	RO

SUPLENTE

ANIVALDO VALE	AP
ANTÔNIO FEIJÃO	AP
FÁTIMA PELAES	AP
NÍCIAS RIBEIRO	AP
ROMMEL FEIJÓ	CE

PT/PDT/PC do B

TITULARES

EURÍPEDES MIRANDA	RO
GERALDO PASTANA	PA
PAULO ROCHA	PA
SOCORRO GOMES	PA

SUPLENTE

GILNEY VIANA	MT
LUCIANO ZICA	SP
NEIVA MOREIRA	MA
1 (VAGA)	



PPB**TITULARES**

BENEDITO GUIMARÃES	PA
CARLOS AIRTON	AC
JOÃO PIZZOLATTI	SC
VALDENOR GUEDES	AP

SUPLENTES

ANTONIO JORGE (PFL)	TO
CUNHA LIMA	SP
DAVI ALVES SILVA	MA
1 (VAGA)	

PTB**TITULARES**

FRANCISCO RODRIGUES	RR
---------------------	----

SUPLENTES

PHILEMON RODRIGUES	MG
--------------------	----

PSB**TITULARES**

GERVÁSIO OLIVEIRA (PDT)	AP
-------------------------	----

SUPLENTES

RICARDO HERÁCLIO	PE
------------------	----



Funcionários

Tércio Mendonça Vilar

Secretário de Comissão

Maria Lúcia Dias de Paiva

Assistente de Comissão

Dijanete do Nascimento Pinto Corrêa

Adjunto de Secretário

Gislene de Almeida Vaz Dias

Encarregado do Setor de Tramitação de Proposições

Cleonice da Silva Ferreira

Encarregado do Setor de Controle e Execução

Francisca Elisabeth Eleutério

Auxiliar de Comissão

- **Ariston Santana Teles**

- **Dirceu da Silva**

- **Eliessi Rodrigues Madureira**

- **Francisco Nascimento**

- **Salvador Vicente**

- **Viná Rodrigues Pratini**

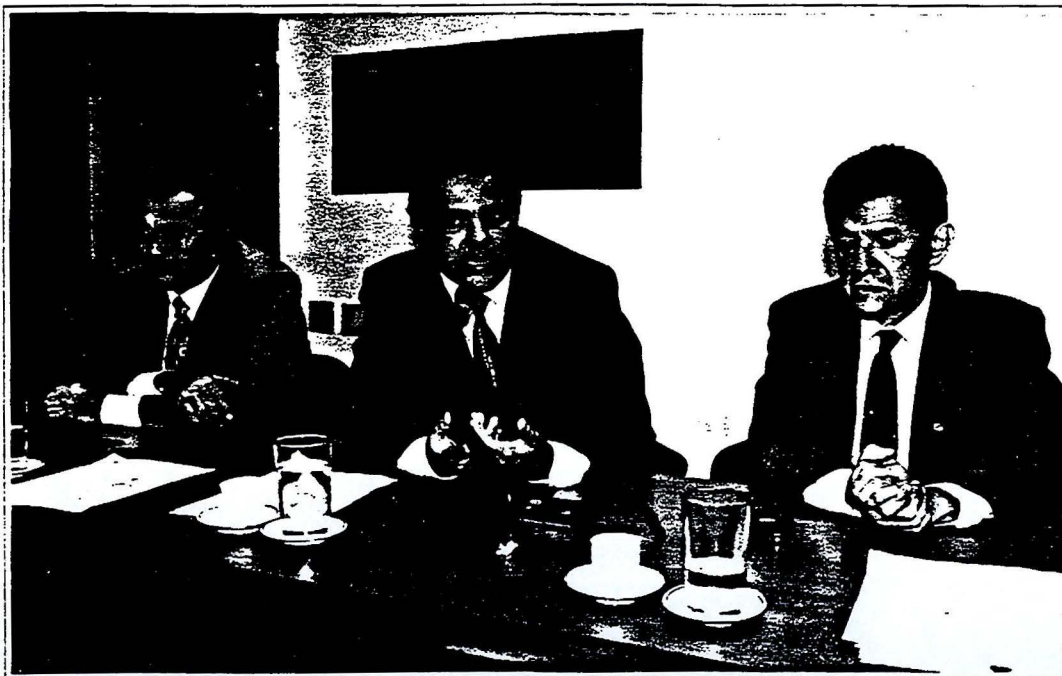
Pessoal de Apoio

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Sala T-55, CEP:
70.160-900 - Telefones:(061)318-6999, 3187001. Fax:318-2145



**CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

PRIANTE ASSUME COMISSÃO DA AMAZÔNIA



Deputado Pinheiro Landim, Deputado José Priante e Deputado Nan Souza

A Amazônia tem agora um fórum especial para tratar suas questões. Foi criada, no começo deste ano, a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, para analisar, em âmbito federal, os assuntos e problemas que afetam a região. Seu primeiro presidente, eleito por unanimidade, o deputado federal **José Priante (PMDB-PA)**, que também é o coordenador da bancada amazônica, manifestou, em sua posse, a satisfação e de todos os parlamentares da região pela concretização de um antigo apelo de todos os amazônidas. *"A criação desta Comissão representa o reconhecimento do Congresso Nacional e portanto do país de que a Amazônia deve ser tratada de forma diferenciada, com respeito às suas peculiaridades e principalmente à sua importância estratégica para o país"*, afirmou.

Para ele esta é uma oportunidade única e um desafio para os componentes da Comissão que têm a preocupação de resolver questões que estão na pauta das discussões regionais, nacionais, e também internacionais, como é o caso do Sivam, da preservação ambiental, da causa indígena, entre outras. Destacou porém, que o foco de atenção da Comissão deverá ser direcionado ao desenvolvimento da região, do aproveitamento racional de seus recursos e do fortalecimento dos órgãos da Amazônia, como a Sudam, a Suframa, o Basa.

Outra frente que deve ser encarada pela Comissão é quanto ao ponto que ele destaca e ao fato de sempre existirem pacotes e ações governamentais, de repercussão nacional que *"alegram o Brasil e prejudicam a Amazônia"*. E acrescentou: "Vamos provocar debates sobre estes assuntos e vários outros, sempre pensando numa forma de conseguirmos de uma vez por todas a chamada "colonização da região".

Foram eleitos também para a composição da mesa da Comissão, os deputados Pinheiro Landim (PMDB-CE), para primeira vice-presidência, Carlos Aírton (PPB-AC) e Elton Rohnelt (PFL-RR), para a segunda e terceira vice-presidência, respectivamente.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, SEMINÁRIOS E OUTROS EVENTOS



Adriano / Câmara

Thomas Mitschein, Mª de Nazaré Imbiriba Mitschein e Deputado José Priante

DATA	TÍTULO/TEMA	PARTICIPANTES
03/04/97	AUDIÊNCIA PÚBLICA Esclarecimentos sobre o Imbiriba Mitschein Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia POEMA.	- Maria de Nazaré O. Imbiriba Mitschein - Coordenadora Geral do Setor de Cooperação do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia-POEMA. - Thomas Mitschein - Coordenador do POEMA.



AMAZÔNIA TEM PROGRAMA PARA COMBATER A POBREZA

"O que se espera é que o governo e as autoridades, de um modo geral, adotem e apoiem ações como as defendidas pelo Poema, sob o formato de políticas públicas". O apelo foi feito pela Coordenadora do Setor de Cooperação do Programa "Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia" (Poema), Maria de Nazaré Imbiriba, aos deputados da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, que realizou, uma audiência pública para conhecer o Programa.

A reunião foi solicitada pela deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que justificou sua idéia lembrando que a Comissão deve conhecer melhor as idéias e propostas que estão sendo implementadas na região visando o desenvolvimento da Amazônia. A Doutora, que veio acompanhada do Doutor Thomas Adalbert Mitschein, Coordenador Geral do Programa, explicou que o Poema é uma proposta municipalista de desenvolvimento sustentável que busca opções práticas e viáveis para as populações carentes da região. *"O programa se baseia em uma concepção de que a ciência tem que ser desenvolvida e aplicada de forma concreta na melhoria das condições de vida da população, considerando que esta melhoria só ocorrerá na medida em que forem enfrentados os problemas estruturais da região, particularmente o que diz respeito às necessidades básicas das populações carentes"*, observou a professora.

Os expositores apresentaram diversos produtos desenvolvidos pelas comunidades ribeirinhas, como o xaxim alternativo e os assentos para automóveis, feitos com resíduos da fibra do coco, e que podem ser comercializados. Nazaré Imbiriba explicou, ainda, que o Poema trabalha preferencialmente com parcerias. *"É fundamental juntarmos as associações das populações, os poderes públicos instituídos e os agentes econômicos do setor privado para pensarmos em soluções mais eficazes"*.

A reunião, que foi presidida pelo deputado José Priante (PMDB-PA), aprovou ainda dois outros requerimentos. Um do deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) solicitando a presença do Presidente da Infraero, Brigadeiro Adir da Silva, para debater a inserção da Infraero e da aviação sub-regional no contexto econômico do Brasil. O outro requerimento aprovado, dos deputados Geraldo Pastana (PT-PA) e Paulo Rocha (PT-PA), convoca o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, para prestar esclarecimentos sobre o projeto do governo federal para privatizar as florestas nacionais





Adip / Câmara

Elcione Barbalho, Gilnei Viana e Nigel Sizer

24/04/97	<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA</p> <p>(CONJUNTA DA COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMISSÃO EXTERNA AQUISIÇÃO DE TERRAS POR GRUPOS ASIÁTICOS) - Considerações sobre a presença de grandes madeireiras de origem asiática na Amazônia.</p>	<p>- Nigel Sizer - Pesquisador Sênior do World Resources Institute.</p>
----------	--	---

ONG DENUNCIA MADEIREIRAS ASIÁTICAS

Em audiência pública conjunta das Comissões da Amazônia e Desenvolvimento Regional e da Comissão Externa de Investigação das Atividades das Madeireiras Asiáticas na Amazônia, o pesquisador sênior do World Resources Institute, Nigel Sizer, fez uma série de denúncias sobre a atuação das madeireiras transnacionais no Suriname e na Guiana. Sizer também aconselhou o governo brasileiro a adotar critérios rigorosos de fiscalização das atividades dos asiáticos e a "estudar o histórico dessas empresas" antes de permitir que elas se instalem no País.

O World Resources Institute - uma das mais importantes organizações não governamentais norte-americanas na área de meio ambiente - publicou, no ano passado, um relatório detalhado sobre a atuação das madeireiras asiáticas no Suriname. As denúncias sobre as irregularidades praticadas pelas empresas naquele País resultaram em uma pressão social que acabou provocando a suspensão dos contratos que seriam assinados entre elas e o governo do Suriname. Diante dos resultados apresentados no relatório da ONG americana, o governo da Guiana também pediu uma análise das propostas apresentadas pelas empresas. Mais uma vez, o instituto demonstrou que a metodologia dos asiáticos era desastrosa tanto do ponto de vista econômico como do sócio-ambiental.

Na audiência, Nigel Sizer informou sobre a política agressiva das madeireiras asiáticas e advertiu para a possibilidade de essas empresas virem a provocar, no Brasil, danos semelhantes aos que causaram em outros países onde têm filiais. O pesquisador disse que as empresas possuem um histórico onde aparecem fortes indícios de sonegação de impostos, danos ambientais significativos, corrupção de autoridades e até trabalho escravo. "Quando chegou ao Suriname, a empresa Musa trouxe 50 trabalhadores indonésios que são mantidos, sem salários, nas instalações da companhia", denunciou.

Presidida pelo deputado Gilney Vianna (PT-MT), a audiência foi palco de debates sobre a política brasileira para a área de meio ambiente. O deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) criticou o excesso de leis em detrimento de investimentos que beneficiem a população da região amazônica. "O Brasil quer promover a educação ambiental através de leis. Não seria melhor trabalhar a população, diretamente? Hoje, o governo fica nas idéias e não chega ao homem amazônico".

Munido de dados sobre o desempenho do setor madeireiro na Amazônia, o deputado Salomão Cruz (PSDB-RR) estabeleceu uma comparação entre os danos ambientais produzidos por madeireiros e garimpeiros. Para ele, as críticas à atividade garimpeira são excessivas, "uma vez que a atuação das empresas madeireiras é mais danosa ao meio ambiente que a dos garimpeiros".

"É necessário agregar valor à madeira. Hoje, na Amazônia, o setor madeireiro é o segundo maior empregador, só perdendo para o serviço público", disse o deputado Gervásio Oliveira (PSB-AP), que também acusou o governo federal de tratar a Amazônia com "descaso". "O governo precisa investir em infra-estrutura na região, a fim de elevar a qualidade de vida da população local", disse. O deputado Antônio Brasil (PMDB-PA) pediu autorização para divulgar, entre os governos estaduais e municipais da Amazônia, o conteúdo das informações apresentadas por Sizer.



DEBATE SOBRE O PROGRAMA DA AMAZÔNIA INTEGRADA



Adip / Câmara

Sérgio Bessermam Vianna, Luiz Carlos Mendonça, Deputado José Priante, Governador Dante de Oliveira, Flora Valladares, José Arthur Guedes Tourinho e Deputado Elton Rohneit

15/05/97	<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA - Debate sobre o Programa da Amazônia Integrada - PAI - e Fundo Constitucional do Norte.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Luiz Carlos Mendonça - Presidente do BNDES; - Flora Valladares - Presidente do BASA; - José Arthur Guedes Tourinho - Titular da SUDAM; - Gabriel Guerreiro - Deputado Estadual do Pará; - Fernando de Souza Flexa Ribeiro - Presidente da Federação das Indústrias do Pará; - Sérgio Bessermam Vianna - Diretor do BNDES; - Assuero Veronez - Presidente da Federação da Agricultura do Acre; - Luiz Rebelo - Presidente da Federação de Empresa de Navegação; - Tibério Leonardo - Representante da CNA - DF; - Aldenor Rebouças - Representante da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão; - Luiz Carlos Nalim - Secretário de Planejamento do Estado do Acre.
----------	---	--



BNDES ANUNCIA ESCRITÓRIO REGIONAL NA AMAZÔNIA

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Luiz Carlos Mendonça de Barros, anunciou no dia 15 de maio que o primeiro escritório do banco na Região Amazônica será localizado em Belém (PA). O anúncio foi feito durante audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional para discutir o Programa Amazônia Integrada (PAI), do BNDES. Mendonça de Barros também anunciou que o PAI será prorrogado por mais três anos e terá duplicado o volume atual de recursos. Com isso, passam para R\$ 2 bilhões os recursos a serem aplicados em financiamentos na região.

A Comissão da Amazônia convocou o presidente do BNDES para explicar porque, a três meses do encerramento do prazo de vigência do PAI, menos de 10% do programa (R\$ 91 milhões) haviam sido liberados para projetos voltados para estimular o desenvolvimento sócio-econômico da região.

O presidente da Comissão da Amazônia, deputado José Priante (PMDB-PA), considerou a audiência "uma das mais proveitosas já realizadas na Câmara". Para ele, as medidas anunciadas por Mendonça de Barros representam uma aproximação do BNDES com a Amazônia. "O anúncio de que o escritório regional do banco ficará localizado em Belém é uma grande vitória de região e particularmente do Estado do Pará", afirmou.

Na audiência - que contou com a presença do governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, e de dezenas de parlamentares e empresários da Amazônia - Mendonça de Barros explicou que o pequeno volume de recursos liberados pelo PAI "é um problema menos de incapacidade do BNDES e mais de apresentação de projetos competentes". Ele disse que, além do Programa Amazônia Integrada, o banco já aplicou R\$ 290 milhões na região amazônica.

O deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) questionou porque o BASA (Banco da Amazônia) não operou mais assiduamente com o BNDES no Programa Amazônia Integrada. Salomão Cruz (PFL-RR) criticou o governo federal por "promover, nos gabinetes de Brasília e do Rio de Janeiro, um zoneamento econômico-ecológico da região amazônica destinado a ser engavetado". Anivaldo Vale (PSDB-PA) disse que as medidas anunciadas ontem só funcionarão se o BNDES aceitar dividir o risco das operações, hoje inteiramente arcados pelo BASA. Osmir Lima (PFL-AC) criticou o excesso de burocracia por parte dos órgãos financiadores".

Na audiência, a presidente do BASA, Flora Valladares, e o superintendente da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), José Arthur Tourinho, explicaram os mecanismos de funcionamento do Fundo Constitucional Norte (FNO).



27/05/97	AUDIÊNCIA PÚBLICA (CONJUNTA DA COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA COMISSÃO EXTERNA DE INVESTIGAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS MADEIREIRAS ASIÁTICAS NA AMAZÔNIA - As atividades das grandes madeireiras de origem asiáticas na Amazônia.	- Stuart Wilson - Diretor do Forest Monitor; - Garo Bat Maniam - Diretor Executivo da WWF - Brasil - Fundo Mundial para a Natureza; - Paulo Amaral - Diretor do IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).
----------	---	--



Adilip / Câmarã

Deputado José Priante, Gilney Viana e Zainal Zain

25/06/97	AUDIÊNCIA PÚBLICA (CONJUNTA DA COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA COMISSÃO EXTERNA DE INVESTIGAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS MADEIREIRAS ASIÁTICAS NA AMAZÔNIA - Reunião conjunta destinada averiguar a aquisição de madeireiras, serrarias e extensas propriedades de terras brasileiras por grupos transnacionais, principalmente asiáticos.	- Zainal Zain - Embaixador da Malásia; - Aldebaro Klautau Filho - Representante da Verde Vivo Ltda.; - Raimundo S. de M. Santos - Representante da Verde Vivo Ltda.; - Fan Yin Yon - Representante da Verde Vivo Ltda.; - Richard W. Bruce - Representante da Amaplac S.A.; - Edmund Ting - Representante da Amaplac S.A.
----------	--	--





Adip / Câmara

Tércio Mendonça Vilar, Secretário da Comissão, Deputado José Priante e Deputado Antônio Feijão

25/06/97	AUDIÊNCIA PÚBLICA discussão acerca da situação da empresa JARI CELULOSE S/A.	<p>Britaldo Pedrosa - Presidente da Jari Celulose S/A</p> <p>Erton - Diretor de Operações da Jari Celulose S/A</p> <p>Aracir Mendes - Coordenador do Movimento SOS Jari</p>
----------	---	---



Adip / Câmara

Mauro Ricardo Machado Costa, José Seixas Lourenço, Deputada Socorro Gomes, Deputado José Priante, Fernando Rodrigues Catão, José Arthur Guedes Tourinho

10/09/97	<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA (CONJUNTA DA COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMISSÃO ESPECIAL DA BIOPIRATARIA NA AMAZÔNIA - Debate acerca da implantação de centro de biodiversidade e desenvolvimento da Amazônia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fernando Rodrigues Catão - Secretário-Executivo da Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo do Ministério de Planejamento e Orçamento; - José Seixas Lourenço - Secretário de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; - Mauro Ricardo Machado Costa - Superintendente da SUFRAMA; - José Arthur Guedes Tourinho - Superintendente da SUDAM; - Hernan Chaimovich - Representante do Departamento de Bioquímica do Instituto de Química da USP; - Spartaco Astolfi Filho - Representante da Universidade Federal do Amazonas; - Estevão Vicente Cavalcanti Monteiro de Paula - Vice-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas; - Wanderley Messias da Costa - Assessor da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; - Tetsuo Yamane - Representante do Instituto Butantã.
----------	--	---



MINISTRO FERNANDO CATÃO ANUNCIA CRIAÇÃO DE CENTRO DE PESQUISAS NA AMAZÔNIA

O secretário-executivo de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento, ministro Fernando Catão, anunciou ontem a criação de um Centro de Pesquisas e Desenvolvimento na Amazônia. Em audiência pública realizada ontem no dia 10 de setembro de 1997, na Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, o ministro disse que o centro ficará localizado em Manaus (AM) e integra um projeto ambicioso do governo federal - o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem/Amazônia) - uma iniciativa orçada em R\$ 55 milhões, para os próximos cinco anos, e que pretende aliar conservação e aproveitamento econômico da biodiversidade amazônica.

Para o secretário da Amazônia, José Seixas Lourenço, do Probem/Amazônia representa o esforço de vários parceiros governamentais (em nível federal, estadual e municipal) e não-governamentais (comunidade científica, empresariado nacional e sociedade civil organizada) em prol do desenvolvimento da região. Para Lourenço, o projeto é um passo importante para o controle da biopirataria. "O melhor antídoto contra a evasão de material genético da Amazônia é a competência, aliada a um aumento da fiscalização", afirmou.

O presidente da Comissão da Amazônia, deputado José Priante (PMDB-PA), garantiu o apoio da comissão ao projeto e defendeu um tratamento diferenciado para a Amazônia: "Um dos maiores equívocos do governo brasileiro tem sido estabelecer políticas gerais para situações desiguais", disse. O deputado Salomão Cruz (PSDB-RR) questionou o motivo por que o governo federal concentra investimentos e projetos no Estado do Amazonas, em detrimento de outras unidades da federação. "Temos de evitar regionalismos e diversificar ao máximo as atividades industriais da Amazônia", respondeu o secretário da Amazônia.

A deputada Socorro Gomes (PC do B-PA), presidente da Subcomissão Especial que investiga a Biopirataria, advertiu para a necessidade de o Brasil incrementar a Lei de Patentes, a fim de reverter patentes ilegais, obtidas via contrabando de espécies nativas brasileiras.

O Centro de Pesquisa teve sua criação decidida em um Workshop sobre Ecologia Química, realizado em Boston, no mês passado, e será voltado para pesquisas e aplicações no campo da ecologia molecular ou ecologia química. O ministro Catão também anunciou a criação de um Laboratório de Ensaios e Testes na cidade de São Paulo (Instituto Butantã). Os dois centros estarão vinculados a uma Rede Nacional Associada de Laboratórios.

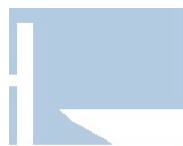


Promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (através da Secretaria da Amazônia), Instituto Butantã, Secretaria de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento, Sudam, Suframa e IPAAM, o Workshop sobre Ecologia Química, realizado em Boston no mês de agosto, decidiu pela constituição de um grupo técnico de especialistas em ciência básica, biotecnologia e aplicações industriais/comerciais de produtos da biodiversidade da Amazônia.

O Centro de Manaus vai contar com cinco laboratórios especializados (germoplasma, biologia molecular, fitoquímica, venenos animais e de interação inseto-planta), equipados com instrumentos de bioprospecção e deverá funcionar sob o controle de uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, da qual participarão todos os envolvidos no programa.

Com o projeto, o governo pretende potencializar as pesquisas de bioprospecção que têm apontado excelentes possibilidades de aproveitamento industrial a curto médio prazos para a produção principalmente nas áreas de produtos farmacêuticos, bioinseticidas, enzimas de interesse biotecnológico, óleos essenciais, polímeros degradáveis, anti-oxidantes, corantes naturais e aromatizantes).

Da audiência participaram os superintendentes da Sudam, José Arthur Tourinho, e da Suframa, Mauro Ricardo Machado Costa, além de diversos cientistas, como Tetsuo Yamane e Antônio Carlos Martins Camargo, do Instituto Butantã; Spartaco Astolfi Filho, da Universidade do Amazonas; Hernan Chaimovic, do Instituto de Química da Universidade de São Paulo; e Vicente de Paulo Queiroz Nogueira, presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).



24/09/97	AUDIÊNCIA PÚBLICA - Debate sobre o levantamento geológico da região amazônica e a concessão de direitos minerários às empresas privadas e estrangeiras.	- Carlos Oití Berbert - Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.
----------	---	--



Eduardo Medrado e Deputado Raimundo Santos

04/11/97	AUDIÊNCIA PÚBLICA - Saúde Pública na Região Amazônica	<ul style="list-style-type: none"> - Eduardo Medrado - Secretário de Saúde do Estado do Tocantins; - Bernardino Cláudio de Albuquerque - Superintendente Adjunto da Secretaria de Saúde do Amazonas; - Rosângela Maia de Rodrigues - Diretora do Departamento de Vigilância Sanitária do Acre; - Horácio Augusto de Almeida - Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde do Amazonas; - Márcio Antônio Pinto de Almeida - Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde do Maranhão; - Isaias Correa Pereira - Coordenador Interino da Fundação Nacional de Saúde do Amapá.
----------	---	--



13/11/97	AUDIÊNCIA PÚBLICA - Discussão sobre o meio ambiente e a biodiversidade na região amazônica.	<p>- Osório José de Menezes Fonseca - Diretor do INPA;</p> <p>- Herbert Otto Roger Schubart - Assessor Especial do Coordenador-Geral de Macrozoneamento Geopolítico e Economia da Secretaria de Assuntos Estratégicos;</p> <p>- Inocêncio Goraiebe - Representante do Museu Paraense Emílio Goeldi;</p> <p>- Luiz Carlos Miranda Joelson - Representante da Secretaria Executiva da Comissão de Coordenação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil;</p> <p>- Norbert Fenzl - Representante do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia.</p>
04/12/97	AUDIÊNCIA PÚBLICA (CONJUNTA DA COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS) - Biodiversidade Brasileira.	<p>- Haroldo Mattos Lemos - Secretário do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;</p> <p>- Deputado Sarney Filho - Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável;</p> <p>- Wanderley Messias da Costa - Diretor do Departamento de Articulação com os Estados e Sociedade Civil do Ministério do Meio Ambiente;</p> <p>- Inocêncio Gorayeb - Representante do Museu Paraense Emílio Goeldi;</p> <p>- Dante Alário Júnior - Presidente do Conselho Deliberativo da Alanac;</p> <p>- Wilian Nazaré Guimarães Gama - Membro do Conselho Diretor da Associação de Pesquisa do INPA;</p> <p>- Everaldo de Vasconcellos Martins - Gerente de Programa, Ciência e Tecnologia;</p> <p>- Luiz Antonio Barreto de Castro - Secretário-Executivo do PADCT do Ministério da Ciência e Tecnologia;</p> <p>- João Batista Calixto - Presidente da Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental;</p> <p>- Ozório José de Menezes Fonseca - Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia-INPA;</p> <p>- Afonso Celso Valois - Chefe-Geral do Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa;</p> <p>- Tetsuo Uamane - Vice-Diretor do Centro de Biotecnologia do Instituto Butantã;</p> <p>- Celina Roitmann - Consultora da Fundação Osvaldo Cruz.</p>



Sullivan Silvestre Oliveira, Salomão Cruz

09/12/97	<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA - Recursos destinados no Orçamento da União de 1998 para a FUNAI e discussão do Projeto de Lei nº 1.610-A/96, que "dispõe sobre a exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º e 231, parágrafo 3º, da Constituição".</p>	<p>- Sullivan Silvestre Oliveira - Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); - Saulo Feitosa - Secretário Executivo da CIMI; - Maurício Guarani - Representante da CAPOIB.</p>
10/12/97	<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA (CONJUNTA DA COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE)</p> <p>- Programa de Privatização das Empresas de energia elétrica e integrantes do sistema Eletrobrás.</p>	<p>- Raimundo Mendes Brito - Ministro de Minas e Energia.</p>



COMISSÃO APRESENTOU EMENDAS QUE ATENDEM INTERESSES DA AMAZÔNIA

As emendas apresentadas pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados ao Orçamento Geral da União de 1997 confirmam a tendência da vocação da comissão para tornar-se um fórum agregador de interesses da região. Todas as emendas refletem as necessidades da Amazônia, privilegiando setores carentes. "Reunimos os parlamentares da região, avaliamos as necessidades mais prementes dos Estados e decidimos em conjunto que emendas deveriam ser apresentadas. Independente de coloração partidária, essas emendas representam os reais interesses da região amazônica.", explicou o presidente da Comissão, deputado José Priante (PMDB-PA).

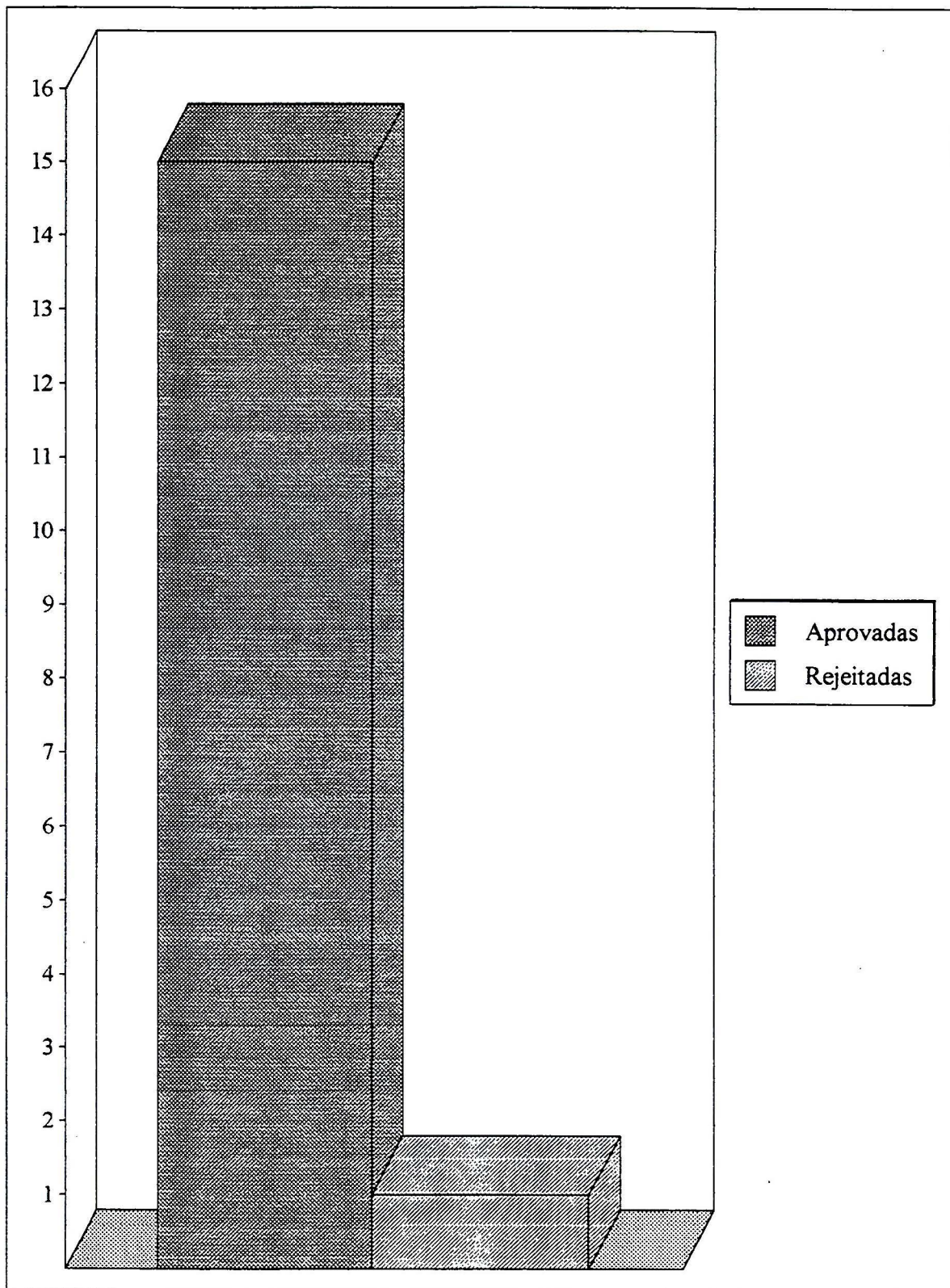
"Meios para segurança à navegação na região Norte", uma emenda que destina R\$ 12 milhões para a construção de seis navios da Marinha Brasileira que terão como objetivo principal atender as populações ribeirinhas da Amazônia. Especialmente projetados para isso, os navios proporcionarão atendimento médico aos moradores de áreas de difícil acesso.

Uma outra emenda relevante para a região é a que prevê R\$ 50 milhões para a eliminação de pontos críticos em rodovias federais da Amazônia, hoje uma das regiões brasileiras mais prejudicadas no setor de transportes, uma vez que as constantes chuvas que atingem a região deterioram a pavimentação, causam deslizamentos e avariam pontes e sinalização.

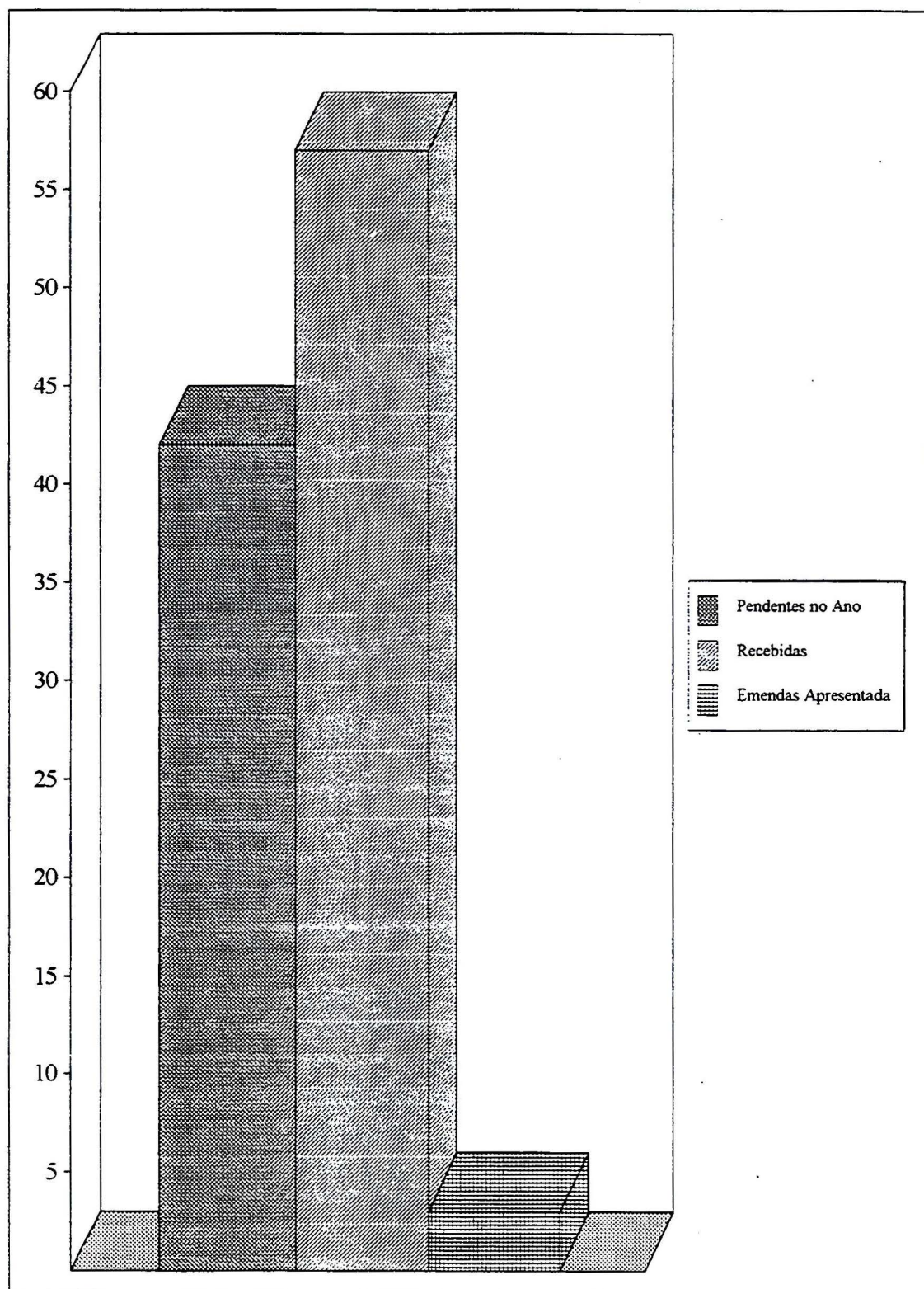
Para o Programa de Interiorização do Ensino Superior a Comissão destinou R\$ 20 milhões, uma vez que o ensino universitário no Norte do País ainda apresenta gritantes distorções em relação ao restante do Brasil.

R\$ 50 milhões foram destinados pela Comissão da Amazônia para ampliação e melhoria da infra-estrutura urbana e rural na Região Amazônica. A iniciativa pretende amenizar o panorama de miséria e desenvolvimento dos municípios nortistas. Para ações de defesa civil, a Comissão da Amazônia apresentou uma emenda destinando R\$ 30 milhões do Orçamento para minimizar os efeitos das calamidades decorrentes de secas ou enchentes, que costumam atingir os municípios da região.

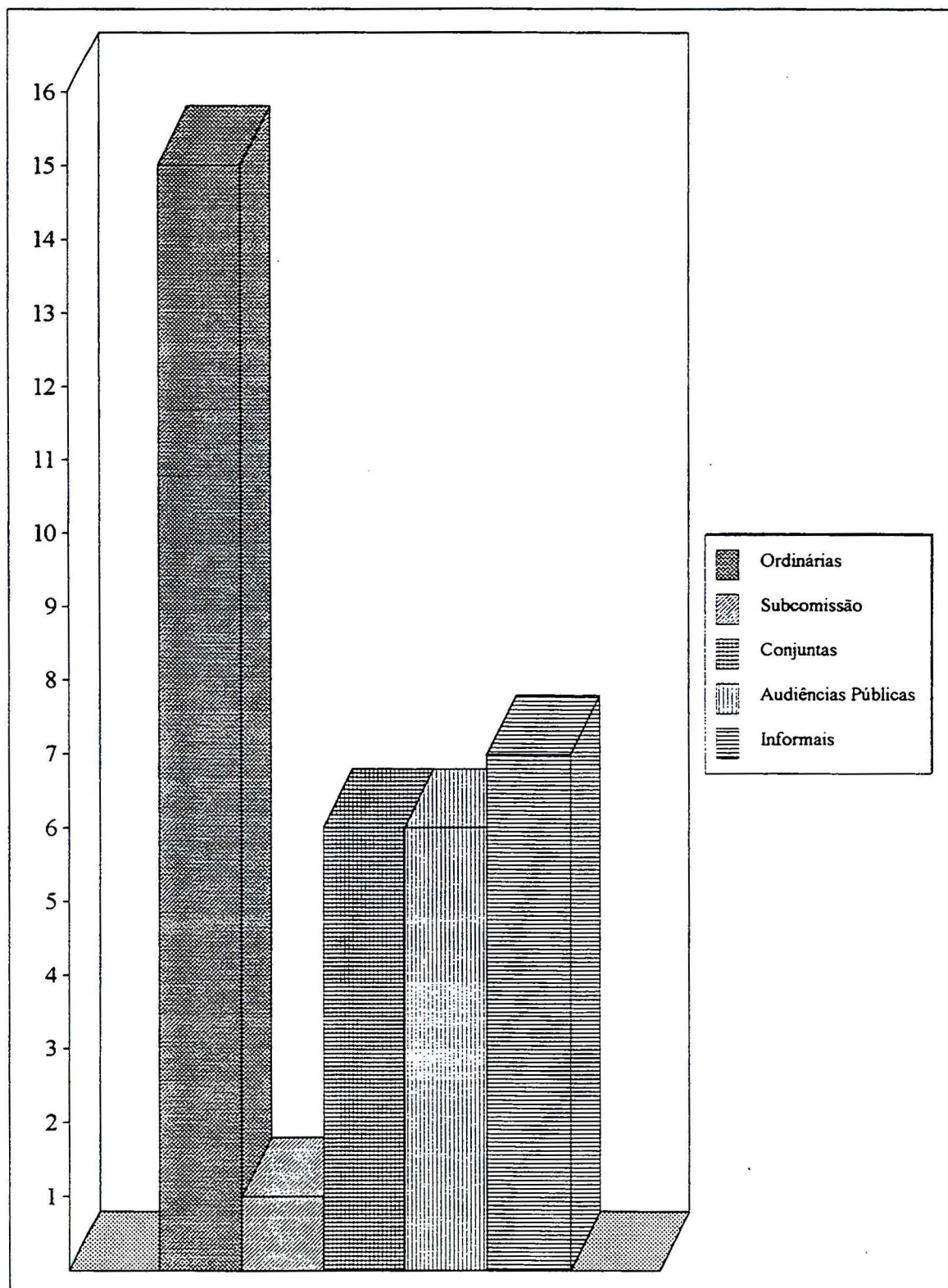
PROPOSIÇÕES APRECIADAS



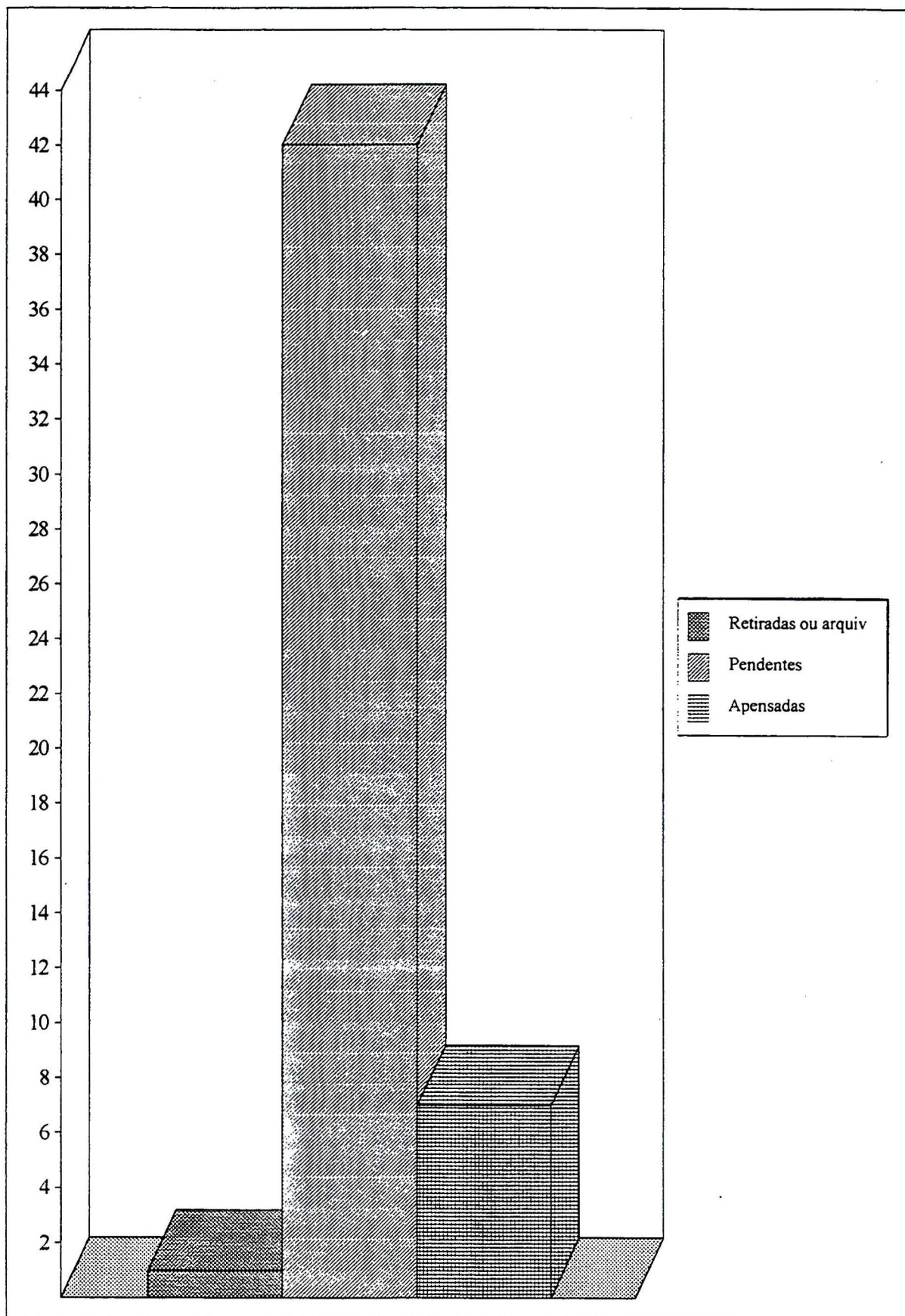
APRECIÇÃO DE PROPOSIÇÕES



REUNIÕES REALIZADAS



SAÍDAS DIVERSAS



PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO/	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PLP 39/95	HILÁRIO COIMBRA	Cria o Território Federal do Tapajos, na conformidade dos artigos 18, § 2º, e 33 da Constituição Federal, e determina outras providências.	06.05.97	PRIORIDADE CADR CCJR	ANÍBAL GOMES 12.08.97					
PLP 161/97	MOISÉS LIPNIK	Cria o Fundo de Apoio à Região Norte - FARN - com o objetivo de financiar ações governamentais de combate à violência no âmbito dos Estados de Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Pará.	08.05.97	PRIORIDADE CADR/CREDN/ CFT/CCJR	SALOMÃO CRUZ 13.05.97		PARECER FAVORÁVEL 04.06.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 12.06.97	02.10.97 À CREDN	
PLP 169/93	VALDIR GANZER	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 67, de junho de 1991, que "dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM"	06.06.97							
PLP 180/94	SENADO FEDERAL	Dispõe sobre o cumprimento do disposto no parágrafo 2º do artigo 192, da Constituição Federal.	07.05.97	PRIORIDADE CADR/ CFT/CCJR	PINHEIRO LANDIM 08.05.97		PARECER FAVORÁVEL 12.11.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 26.11.97	28.11.97 À CFT	
PDC 230/95	DOMINGOS DUTRA E OUTROS	Dispõe sobre o cancelamento, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM - dos empreendimentos econômicos financiados com recursos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM - que não observaram o disposto no artigo 1º do Decreto nº 853, de 2 de julho de 1993.	08.05.97	URGÊNCIA CADR - CFT CCJR	ANTÔNIO FEIJÃO 13.05.97					
PDC 233/96	GILNEY VIANA E OUTROS	Susta o Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, que estabelece normas sobre a demarcação de terras indígenas.	11.06.97	T. ORDINÁRIA CADR CDCMAM CCJR			Parecer favorável, do Relator, Deputado PAULO ROCHA 24.10.97			
PL 239-A/96 ART. 64	EXPEDITO JÚNIOR	Cria área de livre comércio no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e dá outras providências.	04.07.97	T. ORDINÁRIA CEIC/CADR/CFT/ CCJR (ART.64)	ZILA BEZERRA 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PDC 381/97	EULER RIBEIRO	Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Alto Solimões e dá outras providências.	04.06.97	ORDINÁRIA CADR - CFT CCJR	MOISÉS LIPNIK 04.06.97					



PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO/	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PDC 382/97	EULER RIBEIRO	Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Rio Negro e dá outras providências.	04.06.97	ORDINÁRIA CADR - CFT CCJR	MOISÉS LIPINIK 04.06.97					
PL 624-A/95 ART. 54	JOSÉ PRIANTE E OUTROS	Cria as Áreas de Livre Comércio de Altamira, Marabá, Salinópolis e Santarém no Estado do Pará e dá outras providências.	20.06.97	T. ORDINÁRIA CEIC/CADR/CFT/ CCJR	ANTONIO FEIJÃO 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER CONTRÁRIO 11.11.97	11.12.97 APROVADO O PARECER REFORMULADO		APENSADO ESTE O PL 921/97
PL 669-A/95 Art. 24,II Art. 54	ANTÔNIO FEIJÃO	Cria a Área de Livre Comércio de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá, e dá outras providências.	29.10.07	T. ORDINÁRIA CEIC/CADR/CFT/ CCJR.						
PL 663-A/95	SEBASTIÃO MADEIRA	Cria a Área de Livre Comércio de Imperatriz, no Estado do Maranhão e dá outras providências.	07.05.97	PRIORIDADE CADR/CEIC/ CFT/CCJR	ELTON ROHNELT 09.05.97	09.05.97 a 16.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER CONTRÁRIO	REJEITADO NOS TERMOS DO PARECER DO RELATOR	01.09.97 À CFT	
PL 666/95	CARLOS NELSON	Dispõe sobre as faunas brasileira e exótica, sua proteção, criação em cativeiro, caça ou utilização, e dá outras providências.	17.06.97	ORDINÁRIA CDCAM/CADR/ CCJR	CONFÚCIO MOURA 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS			02.12.97 À CCP	
PL 668/95 ART. 24,II	BONIFÁCIO DE ANDRADA	Dispõe sobre a demarcação de terras indígenas e dá outras providência.	10.06.97	ORDINÁRIA CADR/CREDN/C DCMAM/CCJR	CARLOS AIRTON 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 1 EMENDA				
PL 670-A/95	SENADO FEDERAL PLS 51/95	Altera a Lei nº 8.256, de 26 de novembro de 1991, que "cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Paracarama e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências."	08.06.97	PRIORIDADE CEIC/CADR/CFT/ CCJR	ANTONIO FEIJÃO 14.05.97	14.05.97 a 21.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 10.06.97	APROVADO NOS TERMOS DO PARECER REFORMULADO FAVORÁVEL COM EMENDA 12.06.97	08.08.97 À CFT	
PL 891/95 ART. 54 ART. 24, II	ANTÔNIO FEIJÃO	Dispõe sobre o ressarcimento, pela União, dos custos decorrentes dos subsídios concedidos às empresas eletrointensivas localizada na Amazônia Legal, que a partir da edição da Lei nº 8631, de 4 de março de 1993, recaíram sobre as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A	24.07.97	T. ORDINÁRIA CADR / CME / CFT / CCJR	FÁTIMA PELAES 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 21.10.97	APROVADO UNANIMEMENTE	28.11.97 À CME	
PL 921/95	HILÁRIO COIMBRA	Cria a Área de Livre Comércio no Município de Santarém, Estado do Pará, e dá outras providências.	20.06.97							APENSADO PL Nº 624/95



PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO/	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PL 1.060/88	HUMBERTO SOUTO	Regulamenta o artigo nº 238 da Constituição Federal.	08.06.97	PRIORIDADE						APENSADO APL Nº 6.403/90 APENSOS APL 1.060/88 OS PL: 1.911/89, 2.413/89, 2.615/89, 3.211/89, 3.387/89, 3.922/89
PL 1.428/86	DOMINGOS DUTRA	Dispõe sobre a proibição da derru de palmeiras de babaçu existentes nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências.	09.06.97	ORDINÁRIA CADR/CDCMAM/CCJR	EURÍPEDES MIRANDA 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	10.09.97 PARECER FAVORÁVEL	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 01.10.97	13.10.97 À CCDMAM	
PL 1.610-A/86 PRIORIDADE ART. 54 ART. 24,II	SENADO FEDERAL	Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição.	20.08.97	PRIORIDADE CME / CADR / CDCMAM / CCJR	SALOMÃO CRUZ 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	10.09.97 PARECER FAVORÁVEL			Concedida vista ao Dep. PAULO ROCHA. 17.09.97
PL 1.741/86	MAX ROSENMANN	Regulamenta o disposto no artigo 238 da Constituição. e dá outras providências.	08.06.97	PRIORIDADE						APENSADO APL Nº 2.671/89
PL 1.747/91 ART. 54	MAURÍ SÉRGIO	Dispõe sobre a proteção e a exploração comercial da castanheira nativa.	10.07.97	T. ORDINÁRIA CDCMAM/CADR/CAPR/CCJR	ELCIONE BARBALHO 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 1.911/89	SOLON BORGES DOS REIS	Regulamenta o disposto no artigo 238 da Constituição. e dá outras providências.	08.06.97	PRIORIDADE						APENSADO APL Nº 1.060/88
PL 2.049-A/86 ART. 54	GÉRSON PERES	Transforma a Zona de Processamento de Exportação - ZPE - de Barcarena em Área de Livre Comércio de Barcarena - ALCOBA - no Estado do Pará, e dá outras providências.	10.07.97	T. ORDINÁRIA CEIC / CADR / CFT / CCJR	VALDENOR GUEDES 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 2.154/86	HILÁRIO COIMBRA	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no Município de Santarém, Estado do Pará.	13.06.97	ORDINÁRIA CADR/CEIC/CFT/CCJR	MURILO PINHEIRO 14.05.97	14.05.97 a 21.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 2.163/86	MOISÉS LIPNIK	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações- ZPE- no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.	13.06.97	ORDINÁRIA CADR/CEIC/ CFT/CCJR	SALOMÃO CRUZ 14.05.97	14.05.97 a 21.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	13.08.97 PARECER FAVORÁVEL			Concedida vista ao Dep. MURILO PINHEIRO. 20.08.97

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO/	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SÁIDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PL 2.265-B/96 Art. 64	SALOMÃO CRUZ	Dispõe sobre a exportação de madeira extraída da Amazônia.	25.09.97	ORDINÁRIA CDCMAM/CEIC /CADR/ CCJR -	ALZIRA EWERTON 07.11.97		25.11.97 PARECER FAVORÁVEL			
PL 2.303/96	ALDO ARANTES	Altera as tabelas I, II e III do Anexo I da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, para elevar alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, incidente sobre propriedade rurais improdutivas ou de baixa produtividade.	07.05.97	ORDINÁRIA CADR/CAPR/ CFT/CCJR	SOCORRO GOMES 09.05.97	09.05.97 a 16.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 2.359/96	LUCIANO PIZZATTO	Dispõe sobre áreas de compensação da reserva legal prevista no artigo 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal e suas modificações.	10.06.97	ORDINÁRIA CADR/CAPR/ CDCMAM/CCJR	CELIA MENDES 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	29.01.98 PARECER FAVORÁVEL COM 2 EMENDAS			
PL 2.398/96	MOISÉS LIPINIK	Altera a redação do artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal.	13.05.97	ORDINÁRIA CADR/CDCMAM/ CCJR	ELCIONE BARBALHO 14.05.97	14.05.97 a 21.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL, COM EMENDA AO PRINCIPAL E CONTRÁRIO AO APENSADO 03.07.97	Aprovado nos termos do parecer favorável c/ emenda ao principal e contrário ao apensado 20.08.97	01.09.97 À CDCMAM	
PL 2.413/89	LUIZ SOYER	Dispõe sobre a venda e revenda de combustíveis (artigo 238 da Constituição)	08.05.97	PRIORIDADE				Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 17.09.97		APENSADO AO PL Nº 1.060/88
PL 2.431/96 ART. 64 ART. 24, II	SENADO FEDERAL	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Alto Alegre, Estado de Roraima.	10.07.97	PRIORIDADE	FRANCISCO RODRIGUES 12.08.97		PARECER FAVORÁVEL	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 09.10.97	09.10.97 CCJR	
PL 2.460/96	WILSON CIGNACHI	Proíbe as distribuidoras de combustíveis e lubrificantes, e dá outras providências.	05.06.97	PRIORIDADE						APENSADO AO 2.671/89



PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO/	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PL 2.516/96 ART. 24, II	ADÃO PRETTO E OUTROS	Dá nova redação à Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Itr e dá outras providências.	07.05.97	PRIORIDADE CADR/CAPR/CFT/CCJR	SOCORRO GOMES 09.05.97	09.05.97 a 16.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 2.598/96 ART. 24, II	PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 1.225/96)	Dispõe sobre a extinção das Reservas Extrativistas Mata Grande, no Estado do Maranhão e Extremo Norte do Tocantins, no Estado do Tocantins.	08.05.97	PRIORIDADE CADR/CDCMAN/CAPR/CCJR	ANÍBAL GOMES 08.05.97	08.05.97 a 16.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 17.06.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 20.08.97	À CDCMAM	
PL 2.616/89	MAX ROSENMANN	Regulamenta o artigo 238 das Disposições Constitucionais Gerais, e determina outras providências.	08.05.97							APENSADO A PL Nº 1.060/88
PL 2.643/96	ANTÔNIO FEIJÃO	Acrescenta § 3º ao arti. 4º e altera o § 1º do art. 5º do Decreto 517, de 8 de maio de 1992, que regulamenta o artigo 11 da Lei nº 8.337, de 30 de dezembro de 1991, e regula a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, permitindo a industrialização de produtos destinados ao mercado externo pelo sistema de "drawback" e dá outras providências.	13.06.97	ORDINÁRIA CADR / CEIC / CFT / CCJR	HILÁRIO COIMBRA 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 13.10.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 26.11.97	À CEIC	
PL 2.694/97 ART. 24, II	ANIVALDO VALE	Inclui no Plano Nacional de Viação trecho rodoviário que menciona, no Estado do Pará.	13.05.97	ORDINÁRIA CADR/CVT/CCJR	BENEDITO GUIMARÃES 15.05.97	15.05.97 a 22.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 2.671/89 ART. 54 ART. 24, II	SENADO FEDERAL	Dispõe sobre o exercício das atividades de Posto Revendedor de derivados do petróleo e álcool etílico hidratado combustível - AEHC, e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE CADR/CME/CEIC/CCJR	ANTÔNIO FEIJÃO 18.06.97					APENSOS: PL 4.113/89 PL 5.403/80 PL 4.742/94 PL 1.741/96 PL 2.460/96
PL 2.721-A/97 ART. 54	JOÃO MAIA	Cria áreas de livre comércio nos Municípios de Plácido de Castro, Xapuri, Assis Brasil e Capixaba, no Estado do Acre, e dá outras providências.	04.07.97		MOISÉS BENNESBY 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER CONTRÁRIO 04.11.97			
PL 2.858/97 ART. 24, II	JOSÉ PIMENTEL E OUTROS 11	Dispõe sobre a destinação de percentual dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para financiar as atividades produtivas de agricultores de base familiar e dá outras providências.	07.05.97	ORDINÁRIA CADR/CAPR/CFT/CCJR	SALOMÃO CRUZ 09.05.97	09.05.97 a 16.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 19.06.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 20.08.97	À CAPR	



PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO/	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PL 2.880/97 ART. 64 ART. 24, II	GILNEY VIANA	Cria a Reserva Biológica de Marabá, no Município de Marabá, no Estado do Pará.	22.04.97	ORDINÁRIA CADR/ CDCMAM/CCJR	ASDRUBAL BENTES 25.04.97	25.04.97 a 07.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 2.881/97 ART. 64 ART. 24, II	GILNEY VIANA	Cria a Floresta Nacional de Paraupabas, no Estado do Maranhão.	22.04.97	ORDINÁRIA CADR/ CDCMAM/CCJR	ASDRUBAL BENTES 25.04.97	25.04.97 a 07.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL C/ SUBSTITUTIVO 27.08.97	Aprovado, unanimemente nos termos do parecer do Relator. 17.09.97	À CDCMAM 28.11.97	
PL 2.883/97 ART. 64 ART. 24, II	GILNEY VIANA	Cria a Reserva Biológica de Buriticupu, no Estado do Maranhão.	22.04.97	ORDINÁRIA CADR/ CDCMAM/CCJR	NAN SOUZA 25.04.97	25.04.97 a 07.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL C/ EMENDA 04.09.97			
PL 2.886/97 ART. 64	GERSON PERES	Dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo norte, nos Estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências.	18.07.97	T. ORDINÁRIA CADR / CVT / CFT	ASDRUBAL BENTES 13.08.97	13.08.97 a 21.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 09.09.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 08.10.97	À CVT 09.10.97	Concedida vista ao Dep. Salomã Cruz. 01.10.97
PL 2.910/97 ART. 24, I	ARTHUR VIRGÍLIO	Acrescenta § 6º ao art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências	09.05.97	PRIORIDADE CADR - CDUI - CFT - CCJR	ALZIRA EWERTON 14.05.97	14.05.97 a 21.05.97 NÃO HOUVE EMENDAS	PARECER FAVORÁVEL 28.08.97	Aprovado, unanimemente, o projeto nos termos do parecer do Relator. 01.10.97	À CDUI 09.10.97	
PL 2.994-A/97 Art. 64 Art. 24,II	JAIR BOLSONARO	Proíbe, pelo prazo de cinco anos, a exportação de madeira não beneficiada oriunda de floresta nativa.	25.09.97	ORDINÁRIA, CEIC/ CADR/ CDCMAM/ DDJR/	GERALDO PASTANA 08.10.97	08.10.97 a 15.10.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 3.211/89 ART. 24, II	ADHEMAR DE BARROS FILHO	Regulamenta o artigo 238 da Constituição Federal, dispondo sobre venda e revenda de combustíveis derivados de petróleo, de demais matérias-primas renováveis e de álcool carburante.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88						
PL 3.313/97 ART. 64 ART. 24,II	CONFÚCIO MOURA	Altera dispositivo do art. 6º da Lei nº 7.797, de 10 julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.	22.07.97	T. ORDINÁRIA CADR / CCJR	LUIZ FERNANDO 12.08.97	14.08.97 a 22.08.97 NÃO HOUVE EMENDAS				
PL 3.387/89 ART. 24, II	SÉRGIO SPADA	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo, do álcool etílico combustível e sucedâneos e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88						



PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	DATA DE ENTRADA	DESPACHO REGIME DE TRAMITAÇÃO/	RELATOR DISTRIBUIÇÃO	PRAZO P/ RECEBIMENTO DE EMENDAS	PARECER DO RELATOR E DATA	PARECER DA COMISSÃO	SAÍDA	OBSERVAÇÕES (APENSOS E/OU EMENDAS)
PL 3.922/89 ART. 24, II	ANTÔNIO SALIM CURIATI	Dispõe sobre a venda e revenda de combustíveis derivados de petróleo ou de outras matérias-primas renováveis e de álcool carburante disciplinando o artigo 238 da Constituição Federal.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 1.060/88						
PL 4.113/89 ART. 24, II	FRANCISCO AMARAL	Dispõe sobre o funcionamento dos postos de serviço revendedores de combustível e lubrificantes e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 2.671/89						
PL 4.742/94 ART. 24, II	PAULO RAMOS	Determina que as distribuidoras de derivados de petróleo instalem bombas de abastecimento de gás combustível	08.05.97	PRIORIDADE APENSADO AO PL Nº 2.671/89						
PL 6.403/90 ART. 24, II	SENADO FEDERAL (PLS Nº 190/89)	Dispõe sobre venda e revenda de combustíveis derivados do petróleo e álcool carburante regulamenta o art. 238 da Constituição, e dá outras providências.	08.05.97	PRIORIDADE						APENSADO AO PL Nº 2.671/89 E APENSO ESTE OS PL: 1.911/89 2.413/89 2.615/89 3.211/89 3.387/89 3.922/89



PROJETOS APROVADOS

PLP 161/97- do Sr. MOISÉS LIPNIK - que "cria o Fundo de Apoio à Região Norte - FARN - com o objetivo de financiar ações governamentais de combate à violência no âmbito dos Estados de Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Pará".
RELATOR: SALOMÃO CRUZ

PLP 180/94- do SENADO FEDERAL - que " dispõe sobre o cumprimento do disposto no parágrafo 2º do artigo 192, da Constituição Federal".
RELATOR: PINHEIRO LANDIM

PL 624-A/95 (PL 921 apensado) - do Sr. JOSÉ PRIANTE E OUTROS - que "cria as Áreas de Livre Comércio de Altamira, Marabá, Salinópolis e Santarém no Estado do Pará e dá outras providências".
RELATOR: ANTÔNIO FEIJÃO

PL 670-A/95 - do SENADO FEDERAL - que "altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que "cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Paracarama e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.""
RELATOR: ANTÔNIO FEIJÃO

PL 891/95 - do Sr. ANTÔNIO FEIJÃO - que " dispõe sobre o ressarcimento, pela União, dos custos decorrentes dos subsídios concedidos às empresas eletrointensivas localizadas na Amazônia Legal, que a partir da edição da Lei nº 8631, de 4 de março de 1993, recaíram sobre as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, e dá outras providências".
RELATORA: FÁTIMA PELAES

PL 921/95 - do Sr. HILÁRIO COIMBRA- (apensado ao PL 624/95) - que "cria a Área de Livre Comércio no Município de Santarém, Estado do Pará, e dá outras providências".

PL 1.428/96 - do Sr. DOMINGOS DUTRA - que "dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu existentes nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências".
RELATOR: EURÍPEDES MIRANDA

PL 1.747/91 - do Sr. MAURÍ SÉRGIO - que "dispõe sobre a proteção e a exploração comercial da castanheira nativa".
RELATORA: ELCIONE BARBALHO

PL 2.398/96 - do Sr. MOISÉS LIPINIK - que "altera a redação do artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal".
RELATORA: ELCIONE BARBALHO

PL 2.431/96 - do SENADO FEDERAL - que "autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Alto Alegre, Estado de Roraima".
RELATOR: FRANCISCO RODRIGUES



PL 2.598/96 - do PODER EXECUTIVO - que "dispõe sobre a extinção das Reservas Extrativistas Mata Grande, no Estado do Maranhão e Extremo Norte do Tocantins, no Estado do Tocantins".

RELATOR: ANÍBAL GOMES

PL 2.643/96 - do Sr. ANTÔNIO FEIJÃO - que "acrescenta § 3º ao art. 4º e altera o § 1º do art. 5º do Decreto 517, de 8 de maio de 1992, que regulamenta o artigo 11 da Lei nº 8.337, de 30 de dezembro de 1991, e regula a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, permitindo a industrialização de produtos destinados ao mercado externo pelo sistema de "drawback" e dá outras providências".

RELATOR: HILÁRIO COIMBRA

PL 2.858/97 - do Sr. JOSÉ PIMENTEL - que "dispõe sobre a destinação de percentual dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para financiar as atividades produtivas de agricultores de base familiar e dá outras providências".

RELATOR: SALOMÃO CRUZ

PL 2.881/97 - do Sr. GILNEY VIANA - que "cria a Floresta Nacional de Parauebas, no Estado do Maranhão".

RELATOR: ASDRÚBAL BENTES

PL 2.886/97 - do Sr. GERSON PERES - que "dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo norte, nos Estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências".

RELATOR: ASDRÚBAL BENTES

PL 2.910/97 - do Sr. ARTHUR VIRGÍLIO - que "acrescenta § 5º ao art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências".

RELATOR: ALZIRA EWERTON



PROJETO REJEITADO

PL 663/95 - do Sr. SEBASTIÃO MADEIRA - que "cria a Área de Livre Comércio de Imperatriz, no Estado do Maranhão e dá outras providências."

RELATOR: ELTON ROHNELT



PROJETOS PENDENTES

PL 239-A/95 - do Sr. EXPEDITO JUNIOR - que "cria área de livre comércio no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e dá outras providências."

RELATORA: ZILA BEZERRA

PL 659-A/95 - do Sr. ANTÔNIO FEIJÃO - que "cria a área de Livre Comércio de Laranjal do Jari, no Estado Amapá, e dá outras providências."

RELATOR:

PL 668/95 - do Sr. BONIFÁCIO DE ANDRADA - que "dispõe sobre a demarcação de terras indígenas e dá outras providência."

RELATOR: CARLOS AIRTON

PL 1.060/88 - do Sr. HUMBERTO SOUTO - (PLs nºs 1.911, 2.413/89, 3.211/89, 3.387/89, apensados) (apensado ao PL nº 5.403/88) que "regulamenta o artigo nº 238 da Constituição Federal."

RELATOR:

PL 1.610-A/96 - do SENADO FEDERAL - que "dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição."

RELATOR: SALOMÃO CRUZ

PL 1.741/96 - do Sr. MAX ROSENMANN - que "regulamenta o artigo 238 das Disposições Constitucionais Gerais, e determina outras providências."

PL 1.911/89 - do Sr. SÓLON BORGES DOS REIS - (apensado ao PL 1.060/88) que "regulamenta o disposto no artigo 238 da Constituição."

RELATOR:

PL 2.049-A/96 - do Sr. GÉRSO PERES - que "transforma a Zona da Processamento de Exportação - ZPE - de Barcarena em Área de Livre Comércio de Barcarena - ALCOBA - no Estado do Pará, e dá outras providências."

RELATOR: VALDENOR GUEDES

PL 2.154/96 - do Sr. HILÁRIO COIMBRA - que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no Município de Santarém, Estado do Pará".

RELATOR: MURILO PINHEIRO

PL 2.163/96 - do Sr. MOISÉS LIPNIK - que "dispõe sobre a criação de Zona de processamento de Exportações - ZPE - no Município de Boa Vista, estado de Roraima".

RELATOR: SALOMÃO CRUZ



PL 2.175/96 - do Sr. VILMAR ROCHA - que "altera a redação do artigo 2º da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1996, modificando a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e prorroga o prazo fixado pelo artigo 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, modificado pela Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994."

PL 2.265-B - do Sr. SALOMÃO CRUZ - que "dispõe sobre a exportação de madeira extraída da Amazônia.
RELATORA: ALZIRA EWERTON

PL 2.303/96 - do Sr. ALDO ARANTES - que "altera as tabelas I, II e III do Anexo I da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, para elevar alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, incidente sobre propriedade rurais improdutivas ou de baixa produtividade."
RELATORA: SOCORRO GOMES

PL 2.359/96 - do Sr. LUCIANO PIZZATTO - que "dispõe sobre áreas de compensação da reserva legal prevista no artigo 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal e suas modificações."
RELATORA: CÉLIA MENDES

PL 2.413/89 - do Sr. LUIZ SOYER -(apensado ao PL 1.060/88) que "dispõe sobre a venda de combustíveis (artigo 238 da Constituição)".

PL 2.450/96 - do Sr. WILSON CIGNACHI - (apensado ao PL nº 2.671/89) que "proíbe as distribuidoras de combustíveis e lubrificantes, e dá outras providências."

PL 2.515/96 - do Sr. ADÃO PRETTO e OUTROS - que "dá nova redação à Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, que "dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Itr e dá outras providências.
RELATORA: SOCORRO GOMES

PL 2.615/89 - do Sr. MAX ROSENMANN - que "regulamenta o artigo 238 das Disposições Constitucionais Gerais, e determina outras providências.
RELATOR:

PL 2.671/89 - do SENADO FEDERAL - (PLs nºs 4.113/89, 5.403/90, 4.742/94, 1.741/96, 2.450/96 apensados) - que "dispõe sobre o exercício das atividades de Posto Revendedor de derivados do petróleo e álcool etílico hidratado combustível - AEHC, e dá outras providências. "
RELATOR: ANTÔNIO FEIJÃO

PL 2. 694/97 - do Sr. ANIVALDO VALE - que "inclui no Plano Nacional de Viação trecho rodoviário que menciona, no Estado do Pará."
RELATOR: BENEDITO GUIMARÃES



PL 2.721-A/97 - do Sr. JOÃO MAIA - que "cria áreas de livre comércio nos Municípios de Plácido de Castro, Xapuri, Assis Brasil e Capixaba, no Estado do Acre, e dá outras providências."

RELATORA: MOISÉS BENNESBY

PL 2.729/97 - do Sr. CONFÚNCIO MOURA - que "dispõe sobre o abate, beneficiamento, transporte e comercialização experimental de fauna silvestre brasileira, apanhada mediante licença especial."

PL 2.880/97 - do Sr. GILNEY VIANA - que "cria a Reserva Biológica de Marabá, no Município de Marabá, no Estado do Pará."

RELATOR: ASDRÚBAL BENTES

PL 2.883/97- do Sr. GILNEY VIANA - que "cria a Reserva Biológica de Buriticupu, no Estado do Maranhão."

RELATOR: NAN SOUZA

PL 2.994-A/97 - do Sr. JAIR BOLSONARO - que "proíbe, pelo prazo de cinco anos, a exportação de madeira não beneficiada oriunda de floresta nativa."

RELATOR: GERALDO PASTANA

PL 3.211/89 - do Sr. ADHEMAR DE BARROS - (apensado ao PL 1.060/88) que "regulamenta o artigo 238 da Constituição Federal, dispondo sobre venda e revenda de combustíveis derivados de petróleo, de demais matérias-primas renováveis e de álcool carburante."

RELATOR:

PL 3.644/97 - do Sr. WAGNER ROSSI - que "permite a venda direta de álcool combustível das unidades produtoras aos postos revendedores e consumidores e dá outras providências".

PL 3.313/97 - do Sr. CONFUNCIO MOURA - que "altera dispositivo do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente."

RELATOR: LUIZ FERNANDO

PL 3.387/89 - do Sr. SÉRGIO SPADA - (apensado ao PL 1.060/88) que "dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo, do álcool etílico combustível e sucedâneos e dá outras providências."

RELATOR:

PL 3.922/89 - do Sr. ANTÔNIO SALIM CURIATI - que "dispõe sobre a venda e revenda de combustíveis derivados de petróleo ou de outras matérias-primas renováveis e de álcool carburante disciplinando o artigo 238 da Constituição Federal."

RELATOR:



PL 4.113/89 - do Sr. FRANCISCO AMARAL - que "dispõe sobre o funcionamento dos postos de serviço revendedores de combustível e lubrificantes e dá outras providências."

RELATOR:

PL 4.742/94 - do Sr. PAULO RAMOS - (apensado ao PL 2.671/89) - que "determina que as distribuidoras de derivados de petróleo instalem bombas de abastecimento de gás combustível.

RELATOR:

PL 5. 403/90 - do SENADO FEDERAL - que "dispõe sobre venda e revenda de combustíveis derivados do petróleo e álcool carburante regulamenta o atr. 238 da Constituição, e dá outras providências. "

RELATOR:



REQUERIMENTOS

1 - Requerimento nº 1/97, dos Srs. Antônio Feijão e Asdrúbal Bentes - solicitando a realização de Audiência Pública, com as presenças dos Srs. Luiz Caros Mendonça de Barros, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES; e Flora Valladares, Presidente do Banco da Amazônia S.A. BASA, para debaterem o Programa Amazônia Integrada PAI, do BNDES.

2 - Requerimento nº 2/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização do Seminário DESIGUALDADES REGIONAIS, com a finalidade de avaliar as políticas governamentais e as desigualdades regionais com foco sobre a questão amazônica.

3 - Requerimento nº 3/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização do Seminário INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS, visando a reunião dos representantes desses países para discutirem os interesses comerciais e econômicos comuns, considerando as similaridades e peculiaridades da região.

4 - Requerimento nº 4/97, do Sr. Geraldo Pastana - solicitando a convocação do Superintendente da SUDAM e do Presidente do BASA para prestarem esclarecimentos sobre os resultados efetivos da execução desses instrumentos para o desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia, com destaque para as áreas rurais daquela região.

5 - Requerimento nº 5/97, da Sra. Elcione Barbalho - solicitando a realização de Audiência Pública com as presenças do Dr. Thomas Aldalbert Mitschein e da Sra. Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba Mitschein, respectivamente, coordenador geral e coordenadora do setor de cooperação do programa POBREZA E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA - POEMA, da Universidade Federal do Pará - UFPA.

6 - Requerimento nº 6/97, da Sra. Socorro Gomes - solicitando a realização de Reunião de Audiência Pública, com o Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para discutir, no âmbito desta Comissão, as consequências da privatização da Companhia Vale do Rio Doce para a Região Amazônica.

7 - Requerimento nº 7/97, do Srs. Geraldo Pastana e Paulo rocha - solicitando a convocação do Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e convite ao Presidente do IBAMA, para prestarem esclarecimentos sobre o projeto do Governo de privatizar os Parques Florestas Nacionais.

8 - Requerimento nº 8/97, do Sr. Antônio Feijão - solicitando a realização de Audiência Pública com o Presidente da Infraero, Brigadeiro ADIR DA SILVA, para debater sobre a inserção da Infraero e da Aviação Sub-Regional no contexto econômico do Brasil, a globalização econômica dos recentes impactos dos



Aeroportos Brasileiros com ênfase para o Nordeste e Amazônia, a inclusão da Infraero no PND e a recente proposta de sua transformação de Sociedade de Economia Mista.

9 - Requerimento nº 9/97, da Sra. Elcione Barbalho - solicitando a realização de Audiência Pública tendo como convidado e Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações Dr. Sérgio Motta, para que possa expor a esta Comissão Permanente quais as medidas que estão sendo adotadas no âmbito daquele Ministério e da Telebrás p/ assegurar a inclusão dos Estados do Norte nas novas metas e benefícios do programa nacional de modernização e expansão dos serviços de telefonia e comunicações.

10 - Requerimento nº 10 /97, do Sr. Antônio Feijão Socorro Gomes - solicitando a convocação do Sr. Ministro da Justiça, Dr. Milton Seligman, do Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Dr. Júlio Marcos Germany Gaiger, da antropóloga Dominique Galois, do Administrador da FUNAI-AMAPÁ, Sr. José Ribamar Oliveira quintas, do Representante da Organização Missão Novas Tribos do Brasil, Pr. Edward Gomes da Luz.

11 - Requerimento nº 11 /97, do Srs. Antônio Feijão e José Priante - solicitando a realização de Audiência Pública sobre a paralização do Projeto JARI, e as medidas necessárias a serem tomadas para o retorno de suas atividades.

12 - Requerimento nº 12/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização de Audiência Pública sobre a Medida Provisória que trata do Incentivo Fiscal à Indústria Automotora para as Regiões Norte, Nordeste e Centro - Oeste.

13 - Requerimento nº 13/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização de Audiência Pública para esclarecer a notícia publicada no jornal O LIBERAL sobre a possibilidade de transferência da localização da siderúrgica do Projeto Salobo.

14 - Requerimento nº 14/97, da Sra. Socorro Gomes - solicitando a convocação do Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, para prestar esclarecimentos sobre o levantamento geológico da região Amazônica e sobre a concessão de direitos minerários à empresas privadas e empresas estrangeiras.

15 - Requerimento nº 15/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização de Audiência Pública, para discussão de providências em questões aventadas no "workshop" sobre Ecologia Química realizado em Boston.

16 - Requerimento nº 16/97, do Srs. Paulo Rocha, Geraldo Pastana e José Priante - solicitando a convocação do Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a Concorrência Internacional nº 01/97, que trata da privatização da Floresta Nacional de Tapajós:

17 - Requerimento nº 17 /97, do Sr. Paulo Rocha - solicitando a convocação do Ministro da Fazenda e o Secretário-Executivo do mesmo Ministério, a fim de prestar



esclarecimentos sobre as declarações do segundo durante o Seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia".

18 - Requerimento nº 18/97, da Sra. Célia Mendes - solicitando a convocação do Sr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, Ministro da Indústria e Comércio e do Turismo e Pedro Malan, Ministro da Fazenda, para prestarem esclarecimentos acerca da criação de novas Áreas de Livre Comércio e justificativas para a não implantação das Áreas anteriormente criadas.

19 - Requerimento nº 19/97, da Sra. Fátima Pelaes - solicitando a realização de Audiência Pública com presença do Presidente do Banco Central, Dr. Gustavo Franco, para discutir a liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Amapá - BANAP.

20 - Requerimento nº 20 /97, do Srs. Emílio Assmar e Valdenor Guedes e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a realização de Audiência Pública com a presença do Físico José Walter Bautista Vidal, para prestar informações sobre a questão mineral na Amazônia.

21 - Requerimento nº 21/97, do Sr. Geraldo Pastana - solicitando a convocação do Sr. Ministro da Justiça e o Presidente da Fundação Nacional do Índio, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos recursos destinados no Orçamento Geral da União de 1998 para a FUNAI.

22 - Requerimento nº 22/97, do Sr. Raimundo Santos - solicitando a convocação do Ministro da Saúde, a fim de prestar esclarecimentos na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, sobre a situação caótica em que se encontram as Unidades Mistas de Saúde, Centros de Saúde e Distritos Sanitários, no Estado do Pará, subordinados a Fundação Nacional de Saúde - FNS.

23 - Requerimento nº 23/97, do Sr. Raimundo Santos - solicitando a convocação do Ministro da Saúde, a fim de tratar sobre a situação caótica em se encontram as Unidades Mistas de Saúde, Centros de Saúde e Distritos Sanitários, no Estado do Pará, subordinados a Fundação Nacional de Saúde - FNS.

24 - Requerimento nº 24/97, do Srs. Paulo Rocha, Geraldo Pastana e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a realização de Audiência Pública para discutir o PL 1.610/96.

25 - Requerimento nº 25/97, do Sr. Asdrúbal Bentes - solicitando a realização de Audiência Pública para discutir o regulamento dos serviços de repetição e de retransmissão de televisão anclares ao serviço de raidiodifusão de sons e imagens.

26 - Requerimento nº 26/97, da Sra. Alzira Ewerton - solicitando a realização de Audiência Pública para discutir o problema dos freqüentes cortes de energia na cidade de Manaus.



27 - Requerimento nº 27/97, do Sr. José Priante e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a realização de reuniões de Audiência Pública para tratar de assuntos de interesse relevante para a Região Amazônica.

28 - Requerimento nº 28/97, do Sr. José Priante e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a convocação do Ministro da Saúde e convidando a Presidente da Fundação Nacional de Saúde para prestar esclarecimentos sobre os cortes orçamentários na área de saúde na região Amazônica e também nos convênios realizados entre as prefeituras e a Fundação Nacional de Saúde.

29 - Requerimento nº 29/97, do Sr. Antônio Brasil e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a convocação do Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Israel Vargas, para prestar informações sobre o Plano intitulado "Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia. (LBA)

30 - Requerimento nº 30/97, do Sr. Paulo Rocha, da Sra. Socorro Gomes e dos Srs. Olávio rocha e Giovanni Queiroz - solicitando a convocação do Ministro da Saúde e convidando a Presidente da Fundação Nacional de Saúde para esclarecer sobre os cortes orçamentários na área de saúde na região Amazônica e também nos convênios realizados entre as prefeituras e a Fundação Nacional de Saúde.

ATUAÇÃO DOS PARLAMENTARES EM 1997

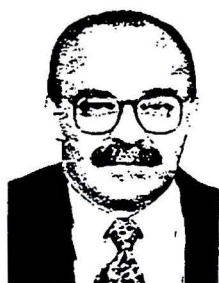


Deputada ALZIRA EWERTON

Projeto de Lei nº 2.910/97 - do Sr. Arthur Virgílio - que "acrescenta §5º ao art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 2.265-B/96 - do Sr. Salomão Cruz - que "dispõe sobre a exportação de madeira extraída da Amazônia".

Requerimento nº 26/97, da Sra. Alzira Ewerton - solicitando a realização de Audiência Pública para discutir o problema dos frequentes cortes de energia na cidade de Manaus.



Deputado ANÍBAL GOMES

Projeto de Lei nº - 2.598/96 - do Poder Executivo (Mensagem nº 1.225/96) - que "dispõe sobre a extinção das Reservas Extrativistas Mata Grande, no Estado do Maranhão e Extremo Norte do Tocantins, no Estado do Tocantins".

Projeto de Lei Complementar nº 39/95 - do Sr. Hilário Coimbra - que "cria o Território Federal do Tapajós, na conformidade dos artigos 18, § 2º, e 33 da Constituição Federal, e determina outras providências".



Deputado ANTÔNIO FEIJÃO

Projeto de Decreto Legislativo nº 230/95 - do Sr. Domingos Dutra e outros - que "dispõe sobre o cancelamento, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM - dos empreendimentos econômicos financiados com recursos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM - que não observaram o disposto no artigo 1º do Decreto nº 853, de 2 julho de 1993".

Projeto de Lei nº 670-A/95 - do Senado Federal (PLS 51/95) - que "altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria área



de Livre Comércio nos Municípios de Pacaraima e Bonfim, no estado de Roraima, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 624-A/95 - do Sr. José Priante e outros (PL 921/95, apensado) - que "cria as Áreas de Livre Comércio de Altamira, Marabá, Salinópolis e Santarém no Estado do Pará e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 2.671/89 - do Senado Federal - PLS nº 34/89 - (PL's nºs 4.113/89 - PL nº 5.403/90 (PL nº 1.060/88 [PL's nºs 1.911/89, 2.413/89, 2.615/89, 3.211/89, 3.387/89 e 3.922/89] - PL 4.742/94 e PL 1.741/96, apensados) - que "dispõe sobre o exercício das atividades de Posto Revendedor de derivados do petróleo e álcool etílico hidratado combustível - AEHC, e dá outras providências".

Requerimento nº 1/97, dos Srs. Antônio Feijão e Asdrúbal Bentes - solicitando a realização de Audiência Pública, com as presenças dos Srs. Luiz Carlos Mendonça de Barros, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES; e Flora Valladares, Presidente do Banco da Amazônia S.A. BASA, para debaterem o Programa Amazônia Integrada PAI, do BNDES.

Requerimento nº 8/97, do Sr. Antônio Feijão - solicitando a realização de Audiência Pública com o Presidente da Infraero, Brigadeiro ADIR DA SILVA, para debater sobre a inserção da Infraero e da Aviação Sub-Regional no contexto econômico do Brasil, a globalização econômica dos recentes impactos dos Aeroportos Brasileiros com ênfase para o Nordeste e Amazônia, a inclusão da Infraero no PND e a recente proposta de sua transformação de Sociedade de Economia Mista.

Requerimento nº 10 /97, do Sr. Antônio Feijão Socorro Gomes - solicitando a convocação do Sr. Ministro da Justiça, Dr. Milton Seligman, do Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Dr. Júlio Marcos Germany Gaiger, da antropóloga Dominique Galois, do Administrador da FUNAI-AMAPÁ, Sr. José Ribamar Oliveira quintas, do Representante da Organização Missão Novas Tribos do Brasil, Pr. Edward Gomes da Luz.

Requerimento nº 11 /97, do Srs. Antônio Feijão e José Priante - solicitando a realização de Audiência Pública sobre a paralização



do Projeto JARI, e as medidas necessárias a serem tomadas para o retorno de suas atividades.



Deputado ASDRÚBAL BENTES

Projeto de Lei nº 2.880/97 - do Sr. Gilney Viana - que "cria a Reserva Biológica de Marabá, no Município de Marabá, no Estado do Pará".

Projeto de Lei nº 2.881/97 - do Sr. Gilney Viana - que "cria a Floresta Nacional de Parauapebas, no Estado do Pará".

Projeto de Lei nº 2.886/97 - do Sr. Gérson Peres - que "dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo norte, nos Estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências".

Requerimento nº 1/97, dos Srs. Asdrúbal Bentes e Antônio Feijão - solicitando a realização de Audiência Pública, com as presenças dos Srs. Luiz Carlos Mendonça de Barros, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES; e Flora Valladares, Presidente do Banco da Amazônia S.A. BASA, para debaterem o Programa Amazônia Integrada PAI, do BNDES.

Requerimento nº 25/97, do Sr. Asdrúbal Bentes - solicitando a realização de Audiência Pública para discutir o regulamento dos serviços de repetição e de retransmissão de televisão anclares ao serviço de radiodifusão de sons e imagens.



Deputado BENEDITO GUIMARÃES

Projeto de Lei nº 2.694/97 - do Sr. Anivaldo Vale - que "inclui no Plano Nacional de Viação trecho rodoviário que menciona, no Estado do Pará".



Deputado CARLOS AIRTON

Projeto de Lei nº 668/95 - do Sr. Bonifácio de Andrada - que "dispõe sobre a demarcação de terras indígenas e dá outras providências".





Deputada CÉLIA MENDES

Projeto de Lei nº 2.359/96 - do Sr. Luciano Pizzatto - que "dispõe sobre áreas de compensação da reserva legal prevista no artigo 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal e suas modificações".

Requerimento nº 18/97, da Sra. Célia Mendes - solicitando a convocação do Sr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, Ministro da Indústria e Comércio e do Turismo e Pedro Malan, Ministro da Fazenda, para prestarem esclarecimentos acerca da criação de novas Áreas de Livre Comércio e justificativas para a não implantação das Áreas anteriormente criadas.



Deputada ELCIONE BARBALHO

Projeto de Lei nº 2.398/96 - do Sr. Moisés Lipnik (PL nº 2.647/96, apensado) - que "altera a redação do artigo 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal".

Projeto de Lei nº 1.747-A/91 - do Sr. Mauri Sérgio - que "dispõe sobre a proteção e a exploração comercial da castanheira nativa".

Projeto de Lei nº 666/95 - do Sr. Carlos Nélon - que "dispõe sobre as faunas brasileira e exótica, sua proteção, criação em cativeiro, caça ou utilização, e dá outras providências".

Requerimento nº 5/97, da Sra. Elcione Barbalho - solicitando a realização de Audiência Pública com as presenças do Dr. Thomas Aldalbert Mitschein e da Sra. Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba Mitschein, respectivamente, coordenador geral e coordenadora do setor de cooperação do programa POBREZA E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA - POEMA, da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Requerimento nº 9/97, da Sra. Elcione Barbalho - solicitando a realização de Audiência Pública tendo como convidado e Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações Dr. Sérgio Motta, para que possa expor a esta Comissão Permanente quais as medidas que estão sendo adotadas no âmbito daquele Ministério e da Telebrás p/ assegurar a inclusão dos Estados do



Norte nas novas metas e benefícios do programa nacional de modernização e expansão dos serviços de telefonia e comunicações.



Deputado ELTON ROHNELT

Projeto de Lei nº 663-A/95 - do Sr. Sebastião Madeira - que "cria a Área de Livre Comércio de Imperatriz, no estado do Maranhão e dá outras providências".

Deputado EMÍLIO ASSMAR

Requerimento nº 20/97, do Srs. Emílio Assmar e Valdenor Guedes e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a realização de Audiência Pública com a presença do Físico José Walter Bautista Vidal, para prestar informações sobre a questão mineral na Amazônia.



Deputado EURÍPEDES MIRANDA

Projeto de Lei nº 1.428/96 - do Sr. Domingos Dutra - que "dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu existentes nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências".



Deputada FÁTIMA PELAES

Projeto de Lei nº 891/95 - do Sr. Antônio Feijão - que "dispõe sobre o ressarcimento, pela União, dos custos decorrentes dos subsídios concedidos às empresas eletrointensivas localizadas na Amazônia Legal, que a partir da edição da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, recaíram sobre as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, e dá outras providências".

Requerimento nº 19/97, da Sra. Fátima Pelaes - solicitando a realização de Audiência Pública com presença do Presidente do



Banco Central, Dr. Gustavo Franco, para discutir a liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Amapá - BANAP.



Deputado FRANCISCO RODRIGUES

Projeto de Lei nº 2.431-B/96 - do Senado Federal (PLS 88/96) - que "autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Alto Alegre, no Estado de Roraima".



Deputado GERALDO PASTANA

Projeto de Lei nº 2.994-A/97 - do Sr. Jair Bolsonaro - que "proíbe, pelo prazo de cinco anos, a exportação de madeira não beneficiada oriunda de floresta nativa".

Requerimento nº 4/97, do Sr. Geraldo Pastana - solicitando a convocação do Superintendente da SUDAM e do Presidente do BASA para prestarem esclarecimentos sobre os resultados efetivos da execução desses instrumentos para o desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia, com destaque para as áreas rurais daquela região.

Requerimento nº 7/97, do Srs. Geraldo Pastana e Paulo Rocha - solicitando a convocação do Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e convite ao Presidente do IBAMA, para prestarem esclarecimentos sobre o projeto do Governo de privatizar os Parques Florestas Nacionais.

Requerimento nº 21/97, do Sr. Geraldo Pastana - solicitando a convocação do Sr. Ministro da Justiça e o Presidente da Fundação Nacional do Índio, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos recursos destinados no Orçamento Geral da União de 1998 para a FUNAI.



Deputado JOSÉ PRIANTE

Requerimento nº 2/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização do Seminário DESIGUALDADES REGIONAIS, com a finalidade de avaliar as políticas governamentais e as desigualdades regionais com foco sobre a questão amazônica.



Requerimento nº 3/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização do Seminário INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS, visando a reunião dos representantes desses países para discutirem os interesses comerciais e econômicos comuns, considerando as similiaridades e peculiaridades da região.

Requerimento nº 11 /97, dos Srs. José Priante e Antônio Feijão - solicitando a realização de Audiência Pública sobre a paralização do Projeto JARI, e as medidas necessárias a serem tomadas para retorno de suas atividades.

Requerimento nº 12/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização de Audiência Pública sobre a Medida Provisória que trata do Incentivo Fiscal à Indústria Automotora para as Regiões Norte, Nordeste e Centro - Oeste.

Requerimento nº 13/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização de Audiência Pública para esclarecer a notícia publicada no jornal O LIBERAL sobre a possibilidade de transferência da localização da siderúrgica do Projeto Salobo.

Requerimento nº 15/97, do Sr. José Priante - solicitando a realização de Audiência Pública, para discussão de providências em questões aventadas no "workshop" sobre Ecologia Química realizado em Boston.

Requerimento nº 27/97, do Sr. José Priante e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a realização de reuniões de Audiência Pública para tratar de assuntos de interesse relevante para a Região Amazônica.

Requerimento nº 28/97, do Sr. José Priante e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a convocação do Ministro da Saúde e convidando a Presidente da Fundação Nacional de Saúde para prestar esclarecimentos sobre os cortes orçamentários na área de saúde na região Amazônica e também nos convênios realizados entre as prefeituras e a Fundação Nacional de Saúde.





Deputado HILÁRIO COIMBRA

Projeto de Lei nº 2.643/96 - do Sr. Antônio Feijão - que "acrescenta § 3º ao art. 4º e altera o § 1º do art. 5º do Decreto 517, de 8 de maio de 1992, que regulamenta o art. 11 da Lei nº 8.337, de 30 de dezembro de 1991, e regula a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALMCS, permitindo a industrialização de produtos destinados ao mercado externo pelo sistema de "drawback" e dá outras providências".



Deputado LUIZ FERNANDO

Projeto de Lei nº 3.313/97 - do Sr. Confúcio Moura - que "altera dispositivo do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente".



Deputado MOISÉS BENNESBY

Projeto de Lei nº 2.721-A/97 - do Sr. João Maia - que "cria áreas de livre comércio nos Municípios de Plácido de Castro, Xapuri, Assis Brasil e Capixaba, no Estado do Acre, e dá outras providências".



Deputado MOISÉS LIPNIK

Projeto de Decreto Legislativo nº 381/97 - do Sr. Euler Ribeiro - que "dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Alto Solimões e dá outras providências".

Projeto de Decreto Legislativo nº 382/97 - do Sr. Euler Ribeiro - que "dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Rio Negro e dá outras providências".





Deputado MURILO PINHEIRO

Projeto de Lei nº 2.154/96 - do Sr. Hilário Coimbra - que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no Município de Santarém, Estado do Pará".



Deputado NAN SOUZA

Projeto de Lei nº 2.883/97 - do Sr. Gilney Viana - que "cria a Reserva Biológica de Buritcupu, no Estado do Maranhão".



Deputado PAULO ROCHA

Projeto de Decreto Legislativo nº 233/96 - do Sr. Gilney Viana e outros - que "susta o Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, que estabelece normas sobre a demarcação de terras indígenas".

Requerimento nº 7/97, do Srs. Paulo Rocha e Geraldo Pastana - solicitando a convocação do Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e convite ao Presidente do IBAMA, para prestarem esclarecimentos sobre o projeto do Governo de privatizar os Parques Florestas Nacionais.

Requerimento nº 16/97, do Srs. Paulo Rocha, Geraldo Pastana e José Priante - solicitando a convocação do Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a Concorrência Internacional nº 01/97, que trata da privatização da Floresta Nacional de Tapajós.

Requerimento nº 17/97, do Sr. Paulo Rocha - solicitando a convocação do Ministro da Fazenda e o Secretário-Executivo do mesmo Ministério, a fim de prestar esclarecimentos sobre as declarações do segundo durante o Seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia".



Requerimento nº 24/97, do Srs. Paulo Rocha, Geraldo Pastana e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a realização de Audiência Pública para discutir o PL 1.610/96.

Requerimento nº 30/97, do Sr. Paulo Rocha, da Sra. Socorro Gomes e dos Srs. Olávio Rocha e Giovanni Queiroz - solicitando a convocação do Ministro da Saúde e convidando a Presidente da Fundação Nacional de Saúde para esclarecer sobre os cortes orçamentários na área de saúde na região Amazônica e também nos convênios realizados entre as prefeituras e a Fundação Nacional de Saúde.



Deputado PINHEIRO LANDIM

Projeto de Lei Complementar nº 180/94 - do Senado Federal (PLS nº 171/92 - Complementar) - que "dispõe sobre o cumprimento do disposto no parágrafo 2º do artigo 192 da Constituição Federal".



Deputado RAIMUNDO SANTOS

Requerimento nº 22/97, do Sr. Raimundo Santos - solicitando a convocação do Ministro da Saúde, a fim de prestar esclarecimentos na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, sobre a situação caótica em que se encontram as Unidades Mistas de Saúde, Centros de Saúde e Distritos Sanitários, no Estado do Pará, subordinados a Fundação Nacional de Saúde - FNS.

Requerimento nº 23/97, do Sr. Raimundo Santos - solicitando a convocação do Ministro da Saúde, a fim de tratar sobre a situação caótica em que se encontram as Unidades Mistas de Saúde, Centros de Saúde e Distritos Sanitários, no Estado do Pará, subordinados a Fundação Nacional de Saúde - FNS.



Deputado SALOMÃO CRUZ

Projeto de Lei nº 2.858/97 - do Sr. José Pimentel e outros 11 - que "dispõe sobre a destinação de percentual dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e



Centro-Oeste, para financiar as atividades produtivas de agricultores de base familiar e dá outras providências".

Projeto de Lei Complementar nº 161/97 - do Sr. Moisés Lipnik - que "cria o Fundo de Apoio à Região Norte - FARN - com o objetivo de financiar ações governamentais de combate à violência no âmbito dos Estados de Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Pará".

Projeto de Lei nº 2.163/96 - do Sr. Moisés Lipnik - que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações - ZPE - no Município de Boa Vista, Estado de Roraima".

Projeto de Lei nº 1.610-A/96 - do Senado Federal - que "dispõe sobre a exploração e ao aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal".



Deputada SOCORRO GOMES

Projeto de Lei nº 2.303/96 - do Sr. Aldo Arantes - que "altera as tabelas I, II e III do Anexo da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, para elevar alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, incidente sobre propriedades rurais improdutivas ou de baixa produtividade".

Projeto de Lei nº 2.515/96 - do Sr. Adão Pretto e outros - que "dá nova redação à Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Imposto sobre a propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências".

Requerimento nº 6/97, da Sra. Socorro Gomes - solicitando a realização de Reunião de Audiência Pública, com o Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para discutir, no âmbito desta Comissão, as conseqüências da privatização da Companhia Vale do Rio Doce para a Região Amazônica.

Requerimento nº 10 /97, dos Srs. Socorro Gomes e Antônio Feijão - solicitando a convocação do Sr. Ministro da Justiça, Dr. Milton Seligman, do Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Dr. Júlio Marcos Germany Gaiger, da antropóloga Dominique



Galois, do Administrador da FUNAI-AMAPÁ, Sr. José Ribamar Oliveira quintas, do Representante da Organização Missão Novas Tribos do Brasil, Pr. Edward Gomes da Luz.

Requerimento nº 14/97, da Sra. Socorro Gomes - solicitando a convocação do Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, para prestar esclarecimentos sobre o levantamento geológico da região Amazônica e sobre a concessão de direitos minerários à empresas privadas e empresas estrangeiras.

Requerimento nº 20/97, da Sra. Socorro Gomes e dos Srs. Valdenor Guedes e Emílio Assmar - solicitando a realização de Audiência Pública com a presença do Físico José Walter Bautista Vidal, para prestar informações sobre a questão mineral na Amazônia.

Requerimento nº 24/97, da Sra. Socorro Gomes e dos Srs. Paulo Rocha, Geraldo Pastana - solicitando a realização de Audiência Pública para discutir o PL 1.610/96.

Requerimento nº 27/97, da Sra. Socorro Gomes e o Sr. José Priante - solicitando a realização de reuniões de Audiência Pública para tratar de assuntos de interesse relevante para a Região Amazônica.

Requerimento nº 28/97, da Sra. Socorro Gomes e o Sr. José Priante - solicitando a convocação do Ministro da Saúde e convidando a Presidente da Fundação Nacional de Saúde para prestar esclarecimentos sobre os cortes orçamentários na área de saúde na região Amazônica e também nos convênios realizados entre as prefeituras e a Fundação Nacional de Saúde.

Requerimento nº 29/97, do Sr. Antônio Brasil e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a convocação do Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Israel Vargas, para prestar informações sobre o Plano intitulado "Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA).

Requerimento nº 30/97, da Sra. Socorro Gomes e dos Srs. Paulo Rocha, Olávio Rocha e Giovanni Queiroz - solicitando a convocação do Ministro da Saúde e convidando a Presidente da Fundação Nacional de Saúde para esclarecer sobre os cortes



orçamentários na área de saúde na região Amazônica e também nos convênios realizados entre as prefeituras e a Fundação Nacional de Saúde.



Deputado VALDENOR GUEDES

Projeto de Lei nº 2.049-A/96 - do Sr. Gérson Peres - que "transforma a Zona de Processamento de Exportação - ZPE - de Barcarena em Área de Livre Comércio de Barcarena - ALCOBA - no Estado do Pará, e dá outras providências".

Requerimento nº 20/97, do Srs. Valdenor Guedes e Emílio Assmar e da Sra. Socorro Gomes - solicitando a realização de Audiência Pública com a presença do Físico José Walter Bautista Vidal, para prestar informações sobre a questão mineral na Amazônia.



Deputada ZILA BEZERRA

Projeto de Lei nº 239-A/95 - do Sr. Expedito Júnior (PL 1.072/95, apensado) - que "cria área de livre comércio no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e dá outras providências".

